



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 374 - DE 10 A 24 DE MAIO DE 2009 - R\$ 3,00

Apesar da propaganda enganosa da imprensa, a crise capitalista se aprofunda. Muitos acordos fechados em janeiro estão terminando em maio: mais demissões estão na mira dos capitalistas. É preciso lutar em defesa do emprego e salário!

Emprego não se negocia, defende-se com luta!

**Escala móvel das horas de trabalho, para que todos tenham emprego!
Estatização sem indenização das empresas quebradas, controle operário!
Abertura de todos os livros caixa! Salário Mínimo Vital! Escala móvel de salários!**

Frente às demissões, greve com ocupação de fábrica



Construção Civil sai às ruas em São Paulo, mas direção sindical enterra luta

1º de Maio festivo e dividido: Faltou a política e a presença organizada da classe operária



Ceará: greve dos professores e ação direta dos estudantes

São Paulo: novo ataque de Serra aos professores

Congressos da CUT burocratizada e governista

Congresso apodrecido

Por todos os poros do Estado, exala o odor fétido da podridão. Basta que se destampe um dos condutos para que o mau cheiro se espalhe por cima da sociedade. Desta vez, abriram a fossa do Congresso Nacional.

Vários compartimentos já haviam sido expostos ao ar poluído de Brasília. O último dos tumores abertos foi o caso Renan Calheiros, do PMDB, ex-presidente do Senado, afastado do cargo por corrupção e mantido seu mandato por conivência. Renan continua, ao lado de José Sarney, a comandar as forças dominantes na mais alta Casa do Brasil. Mas somente sob o governo Lula há um rol de denúncias e processos que não passaram de farsas grosseiramente montadas.

Agora, as novas denúncias não se limitam a este ou aquele parlamentar que extorquiu, que falsificou, que se favoreceu, que se locupletou, que montou esquema para saquear, que protegeu sequazes etc. Nenhum parlamentar está isento. Mesmo os mais santos tiveram os mantos arrancados. No lugar do rostinho de beatos da democracia, acendeu um ar de piedade a si próprio. Há aqueles que mantêm a carranca de sempre. Não há nada de errado em usar a cota de passagem a que tem direito para viagens de passeio familiar à Europa etc, de levar a mulher, filhos, parentada toda para Brasília e Brasil, ou garantir a viagem de sindicalistas, ou do delegado Protógenes, bem por que não dar passagens a um time inteiro de futebol?

Cada um tem seus motivos: uns precisam de férias em Paris, outros de ajudar parentes carentes de novas alegrias, aqueles outros de praticar a virtude do mecena futebolístico e estes outros de ajudar o justiceiro da Polícia Federal.

O Presidente da República não vê mal algum em doar passagens para sindicalista ou para a pobre da mulher que tem de acompanhar o marido nas auguras da política, como ele mesmo fez quando da condição de deputado federal. O mal estaria tão-somente em despendar dinheiro público para andanças pelo mundo a troco de alegrias.

O famoso deputado do PV, Fernando Gabeira, ficou consternado em descobrir que violou seu código de ética cedendo

passagens para parentes respirarem ares estrangeiros. Logo ele que tanto tem condenado a perversa corrupção que carcome a democracia e a legitimidade do exercício do poder parlamentar, executivo e judiciário!

Luciana Genro, do PSOL, saiu-se bem com a bandeira de que permitiu, com seu mandato e direito a passagens, facultar ao delegado Protógenes peregrinar em defesa da justiça e da condenação da quadrilha Dantas. A desgraça ficou com João Alfredo, também do PSOL, que facilitou a vida de parentes.

Nenhum partido escapou do que a imprensa denominou “farra das passagens”. Grandes figuras do DEM, PSDB, PMDB, PT, PV, PPS, PP etc estão carimbados pelo *check-in* a parentes, amigos, politíqueiros etc. Estão lá na lista o conhecido José Genoíno, Ricardo Berzoini, Roberto Freire, João Alfredo, Ciro Gomes, Rodrigo Maia, Antonio Carlos Magalhães Neto. Neste ponto, os adversários estão de mãos dadas. Se dessem um abraço no Congresso, agarrando as mãos uns dos outros, o rodeariam.

No Senado, a cota de passagens equivale a 1,3 milhão por mês; no ano, a 15,6 milhões. Cada senador recebe em passagens de 13 mil a 25 mil, a depender do Estado, inclusive aquele que mora em Brasília. Está aí o montante que permite esbanjar bondades com o dinheiro público, ou melhor, com o dinheiro que as massas pagam em impostos.

Diante de tamanha safadeza, que perdura por 45 anos – imaginem quanto desperdício totaliza! – o presidente da Câmara Federal, Michel Temer, se viu obrigado a pôr limites. Inicialmente, pensou em baixar uma norma pela Mesa Diretora, depois anunciou que levaria a resolução administrativa para o plenário a ser votada, em seguida voltou atrás e decidiu pelo ato administrativo da Mesa. O argumento do peemedebista era o de que seria mais legítimo se os próprios parlamentares aprovassem a decisão moralizadora. Logo foi informado que a maioria poderia introduzir mudanças na resolução e a tal da legitimidade se tornaria mais desmoralização do legislativo.

A Mesa diretora do Senado não seguiu integralmente a decisão da Câmara

ra Federal, manteve o uso de passagens para familiares, e diminuiu seu valor mensal para 975 mil.

Pronto, estavam todos anistiados. Gastaram a vontade. Tudo fica por isso mesmo.

O ponto não foi sem nó. A Mesa Diretora da Câmara criou uma comissão para dentro de 30 dias apresentar uma proposta de equiparar o salário dos parlamentares com os dos ministros do STF, que chegam a R\$ 24.500,00. Ou seja, a bela cifra de R\$ 16.512,09 dos senadores poderá passar para a belíssima soma de R\$ 24.500,00.

Os “representantes do povo” recebem 13º, 14º e 15º salário. Além do salário, os 513 deputados federais recebem no ano uma ajuda de custo de R\$ 16,9 milhões ao ano, equivalente a um salário a mais no mês. Não por acaso, estima-se que um parlamentar custa para “representar o povo brasileiro” R\$ 119,7 mil (senador) e R\$ 62 mil (deputado federal) por mês.

Não faltaram ações dirigidas ao STF contra o “uso abusivo” das cotas de passagens. Mas ocorre que os ministros do STF constituem a casta mais bem paga pelo Estado. Cada um dos juizes, além dos R\$ 24.500,00 por mês, recebe cota anual de R\$ 42. 848,00. Em 2008, consumiram R\$ 1.133.187,00 em passagens. Como foram gastas? Fizeram o mesmo que os parlamentares? As vantagens são imensas por toda parte.

Cabe acrescentar que os senadores são premiados com plano de saúde familiar vitalício, bastando apenas exercer seis meses de mandato. Apenas 81 senadores e 310 ex-senadores, com respectivos familiares, consomem ao ano só com planos de saúde R\$ 17 milhões. Os planos são tão caridosos que não têm limite de gasto. Imaginem, um só senador gastar R\$ 80 mil no ano? Somam-se a esses milhões de Reais outros e mais outro milhões gastos nas câmaras estaduais e municipais.

Como os pobres brasileiros vêem, os “representantes do povo” e suas famílias devem ser bem tratados. Devem estar corados e bem dispostos para aprovar um salário mínimo de R\$ 465,00, para milhões de trabalhadores da ativa e aposentados; para fazer reformas na previdência de maneira que os assalariados

trabalhem mais tempo e ganhem menos quando envelhecidos; para aprovar um orçamento da saúde que deixa centenas e centenas de doentes esperando por uma consulta de alguns segundos, quando não se morre na fila de espera.

A classe operária, os camponeses e a classe média urbana arruinada carregam nas costas o bando de parasitas, que habitam o Estado. Esse é o problema da corrupção, do esbanjamento e dos privilégios de casta.

As instituições do Estado e da democracia burguesa, que incluem os partidos do parlamento, constituem um aparato acima das massas famintas, cuja única finalidade é gerenciar os negócios da classe capitalista. Os gritantes privilégios que os parlamentares, governantes e juizes se auto-atribuem servem de pagamento pelo serviço de manter a maioria oprimida trabalhando de cabeça baixa, de garantir a ordem social diante

de milhões de desempregados, de confiar batalhões de miseráveis em favelas e, enfim, proteger a propriedade privada dos meios de produção. O governo do PT, sob o comando de Lula, não faz senão reproduzir o domínio burguês sobre a maioria oprimida nas condições de decomposição do capitalismo.

Quando dizemos que o Estado é dirigido por quadrilhas vinculadas a partidos, governos, burocracia etc, não é exagero. Expressa a decadência do capitalismo e o esgotamento da classe capitalista, completamente parasitária.

Os trabalhadores e a juventude devem ver nestas revelações que o sistema burguês está pronto para ser liquidado pela revolução social.

A economia declina, as inovações destroem postos de trabalho, riquezas são destruídas, saqueadas por pequenos grupos capitalistas, concentradas e esbanjadas. Está aí porque os partidos,

o parlamento, a justiça e alta burocracia do estado viraram quadrilheiros, apóiam-se em interesses particulares e de camarilhas. Frente à miséria da maioria, fazem chacota, gastando milhões em viagens, em luxo e bens pessoais. Estamos diante do retrato da putrefata política burguesa.

A política do proletariado é oposta. Objetiva destruir essa parafernália, acabando com o poder de classe dos exploradores, expropriando a propriedade privada dos meios de produção, transformando-a em social, coletiva, colocando a produção e a distribuição de riqueza de acordo com a necessidade de toda a sociedade, de forma que se alcance uma economia mundial que liberte o homem de toda exploração, opressão, privilégio e mesquinhez. Para isso, estamos obrigados a construir o partido proletário, em situação de implacável combate ao capitalismo e sua burguesia.

Crise econômica acelera o desemprego nas indústrias

Diferentemente do que diz o governo, os efeitos da crise continuam golpeando a classe operária. Em março, segundo o IBGE, a taxa de desemprego industrial dobrou, em relação a outubro do ano passado (3,1% para 6,1%). Essa é uma média, porque os operários mais jovens (até 24 anos) foram duramente atingidos, 21,1%. No setor de siderurgia, em 5 meses, houve a demissão de 11,7% da força de trabalho. A indústria siderúrgica reduziu sua capacidade instalada de 75,7% para 64,1%, em quatro meses. O que significou destruição de postos de trabalho.

A tendência é piorar, porque os acordos traidores de “estabilidade” (alguns dias a mais que o aviso prévio) assinados pelos burocratas sindicais estão encerrando. A partir daí, os capitalistas estão de mãos livres para demitir. É o que ocorreu na MMX, indústria de processamento de minério de ferro, em Mato Grosso, que ficou parada por 5 meses. O conhecido corrupto Eike Batista, dono do grupo empresarial, disse que não poderá manter os operários que estavam afastados. O capitalista fez um acordo com o Sindicato dos Trabalhadores nas



Indústrias Metalúrgicas e não deu nenhuma garantia de retorno ao trabalho. O pelego, Davi Pinho, que fez parte das negociações com o patrão, enalteceu o bandido Eike dizendo que a empresa cumpriu o acordo mantendo os salários dos operários nesses 5 meses, “antes de demiti-los oficialmente”. A atitude do burocrata sindical é de fazer inveja ao patronato.

O exemplo na MMX não ficará isolado. Os acordos de rebaixamento salarial e afastamento de operários etc. foram inúmeros. Os burocratas lamentam e lavam as mãos. Somente a resistência dos operários poderá modificar esse curso. A organização dos comitês de luta é fundamental para enfrentar os capitalistas e os burocratas vendidos.

Bate boca na mais alta Corte

O que expressa o conflito verbal entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa?

O plenário discutia a inconstitucionalidade de uma lei do estado do Paraná que facultava aos funcionários de cartórios particulares receberem aposentadoria pela previdência pública e sobre a possibilidade dos políticos continuarem com foro privilegiado após deixarem o cargo. Joaquim Barbosa deu a entender que o presidente do STF estava protegendo os interessados. Evidenciou o que já se sabe: a justiça é guiada por razões econômicas, políticas e sociais (de classe). Para Barbosa, Mendes manipulava o julgamento, segundo conveniências.

Enfim, o bate boca na mais alta Corte do Brasil se elevou com acusações de Barbosa. “Vossa Excelência quando se dirige a mim, Vossa Excelência não está falando com seus capangas de Mato Grosso, ministro Gilmar. Respeite, respeite”.

Mendes é fazendeiro, faz parte da oligarquia agrária. O MST já o havia denunciado como inimigo da reforma agrária não só por representar os interesses gerais da burguesia, mas também os interesses particulares da oligarquia latifundiária e os seus próprios.

Certamente, Barbosa é parte dos interesses gerais dos capitalistas. Apenas contestou a supremacia do presidente da Corte de Justiça e o tratamento despendido a ele. Mas, ao fazê-lo, deixou transparecer a mais veraz das verdades: a justiça é de classe e sujeita às conveniências da política burguesa.

Não foi apenas um ato de exaltação impensada a acusação de que Mendes “está destruindo a Justiça deste país”... “está na mídia destruindo a credibilidade do Judiciário brasileiro”. Sob o governo Lula, a centralização política e administrativa das instituições do Estado foi afrouxada. Não se tratando, porém, de uma decisão do núcleo presidencial, mas da fraqueza do governo diante dos partidos da burguesia, sejam da aliança ou da oposição.

O STF deixou de ser uma Corte obscura e se projetou frente aos grandes problemas da crise política e da luta de classe. Por isso, tem sido criticado por setores governamentais de extrapolar suas funções e assumir poderes legislativos.

A explicação é que se o parlamento não cumpre seu papel, o Supremo ocupa os vazios. É o que tem se passado diante de aspectos da prometida reforma política.

Mas há outros complicadores: a oposição, liderada pelo PSDB e DEM, é a interessada diretamente na autonomia do STF. Tendo à frente um Gilmar Mendes, tornou-se possível fazer da Suprema Corte um instrumento de disputa partidária no seio do Estado, que inevitavelmente se projeta por cima da sociedade. Eis alguns dos casos: regulamentação da troca do parlamentar do partido, legislação sobre o direito de greve do funcionalismo, repasse de verbas governamentais ao MST, Lei da Anistia, que protege os torturadores, demarcação de terras



indígenas, decisão do ministério da Justiça favorável ao refúgio do italiano Cesare Battisti, escuta telefônica pela PF, uso de algemas em burgueses etc.

O último choque interno no aparato do Estado se deu em torno da Operação Castelo de Areia, da PF, que expôs a roubalheira da poderosa Camargo Correa e o financiamento de campanha a parlamentares. Os limites a esse tipo de ação policial que envolve magnatas e eminentes figuras da política burguesa, exigidos por Mendes, não foram seguidos à risca pelas autoridades da PF.

A Operação Satiagraha havia sido coibida ao expor publicamente os burgueses meliantes, abrir o leque de investigações sobre políticos e autoridades e vaziar informações para a imprensa. Mendes encetou duro ataque ao delegado Protógenes e ao juiz federal Fausto Martins De Sanctis. Esperava-se que com o processo contra o delegado, seu afastamento das funções, destituição do chefe da Abin, processo administrativo contra De Sanctis, ato sobre aplicação de algemas etc. a PF se retraísse.

Mas eis que novo escândalo empresarial sobreveio. A prisão de altos funcionários da Camargo Correa e apreensão de provas no seu escritório de advocacia fizeram com que Mendes acusasse a PF de continuar com o abuso de poder e envolvesse o Presidente da República em um Pacto Republicano, que objetivava aprovar no parlamento normas controladoras da PF e de juízes que, como De Sanctis, autorizem as escutas, devassas em contabilidades e prisões.

Mendes mostrou seu poder ao acusar os agentes do Satiagraha de gângsteres. E, no episódio do Castelo de Areia, denunciou o Ministério Público Federal de conivência com os métodos da PF, que age sem controle.

O conflito entre as instituições do Estado não pára por aí, há várias frentes, como já descrevemos anteriormente. Citemos dois casos. Primeiro, oposição de Mendes ao ministro da Justiça Tarso Genro que concedeu refúgio a Battisti. O STF foi aberto às pressões do governo Berlusconi, que não admite a solução do governo brasileiro. Segundo, oposição a Tarso que considera que a tortura não pode ser anistiada e é um crime que não prescreve. Mendes responde que todos estão cobertos pela Lei, torturadores e torturados. Assim, pôs abaixo a política de direitos humanos do governo Lula, cuja finalidade não era e não é responsabilizar a burguesia por seus crimes políticos.

O governo Lula tem sido diuturnamente desafiado pelo STF, que conta com o apoio dos partidos de oposição. Gilmar Mendes se pronuncia, faz política e age como um membro da frente oposicionista, capitaneada pelo PSDB e DEM. Os demais ministros rezam na cartilha oposicionista do presidente do Supremo. A voz discordante, isolada, ecoou nas palavras do ministro Barbosa, na sessão de 22 de abril. O bate boca entre os dois juízes indica o alargamento da crise política e a incapacidade do governo Lula de centralizar as instituições do Estado.

Um 1º de Maio festivo e fragmentado

O 1º de maio teria de ter como objetivo unir a classe operária, os camponeses, os trabalhadores pobres da classe média urbana e a juventude oprimida para enfrentar as consequências da crise do capitalismo. Mas, ao contrário, repetiu as divisões e a política distracionista das direções burocráticas.

A situação econômica golpeia os empregos e os salários, no entanto, a classe operária e demais explorados estão sob a orientação da política burguesa ditada pela burocracia sindical. A unidade para a luta em torno das reivindicações de defesa do emprego, do salário e do combate ao sistema de exploração do trabalho permitiria fazer desse primeiro de maio manifestações gigantescas por todo o país e abrir a perspectiva da resistência coletiva. Porém, a burocracia mais uma vez serviu aos interesses do capital e dos governos.

Vivemos essa contradição. O capitalismo se desagrega e a classe operária padece da crise de direção. Sem o partido revolucionário, os sindicatos e as centrais continuarão nas mãos dessa camarilha de dirigentes. Permanecerão sendo guiados

pela política dos partidos burgueses – PDT, PT, PSB, PCdoB. E serão esses partidos que continuarão arregimentando as massas para o distracionismo. Por outro lado, a Conlutas (PSTU) e a Intersindical (PSOL) denunciaram as comemorações cutistas e forcionistas, mas não realizaram um ato marcado pela disciplina operária, pelas bandeiras e os métodos que unificam os trabalhadores. Discursaram em favor de um abaixo-assinado reivindicando a estabilidade, de uma medida provisória para reestatizar a Embraer, da redução da jornada para 36 horas etc. Portanto, ações circunscritas à legalidade burguesa.

O Partido Operário Revolucionário interveio por meio do Manifesto, que estamos publicando nesse Jornal, e conclamando o combate à burocratização dos sindicatos e das centrais. Continuou repetindo que a derrubada da burocracia não se fará por meio das cisões e conformação de novos aparelhos sindicais. Apontou o problema essencial, que é a ausência de uma direção revolucionária. E ressaltou a tarefa de pôr em pé uma Central Operária Única.

São Paulo

É preciso dar um basta às festividades do 1º de maio

Há alguns anos, as burocracias sindicais transformaram o 1º de maio em atos de apoio aos governos e de profunda despolitização das massas exploradas. Para isso, contam com os recursos financeiros da classe capitalista (patrocinadores) e o apoio da Igreja. A Força Sindical introduziu os sorteios de apartamentos e carros e arrasta milhares e milhares de trabalhadores por meio de um cupom. A CUT e a Força Sindical anunciam o 1º de maio através de cantores de rádio e de TV. Como as massas são arregimentadas pelo jogo da sorte e pelas cantorias, tornaram-se hostis aos discursos. Os burocratas precisam pelejar para que ouçam os politizeiros do governo e a camarilha de dirigentes sindicais. Nesse ano, a CUT resolveu descentralizar seus atos e utilizá-los para prestação de serviços. A população pobre correu atrás para tirar documentos, cortar cabelo e fazer as unhas. Trata-se de uma brutal violência sobre a classe operária e sobre seu passado de luta e sangue contra o sistema capitalista.

Retrocesso político

A burocracia sindical é responsável pela despolitização dos explorados. Mas quem são os burocratas sindicais? São membros dos partidos burgueses que ocupam cargos de direção nos sindicatos e nas Centrais. A Força Sindical é controlada pelo PDT. O corrupto Paulinho é deputado pedetista e principal membro dessa Central. Pelos serviços prestados à burguesia, coube à Força o Ministério do Trabalho (Carlos Lupp). A CUT é comandada pelo PT e seus dirigentes ocupam cargos no governo Lula. Usam por vez de discursos contra os patrões, mas estão sempre prontos a selar acordos de rebaixamento salarial e destruição de conquistas. Movimentam uma conta bancária recheada às custas do imposto sindical e outras benesses. Fizaram a partilha dos maiores sindicatos (metalúrgicos) e uma Central não interfere na área da outra. A CUT tem seu elo forte no ABC e a Força Sindical, na capital. Usam



Suplicy, Prtôgenes e Ciro Gomes com Paulinho, no ato da Força Sindical: circo sem pão

a violência marginal quando se sentem ameaçadas de perda de sindicatos por chapas de oposição. Portanto, combinam a política e os métodos da classe capitalista.

Tudo isso foi possível porque o proletariado mundial sofreu a brutal violência de destruição do partido bolchevique pelo estalinismo. A restauração capitalista e o fortalecimento de centrais sindicais pró-imperialistas ganharam força. As novas gerações da classe operária foram disciplinadas pela política da burocracia traidora. No Brasil, formou-se uma casta de dirigentes sindicais atrelados às posições capitalistas das maiores Centrais (AFL-CIO, CIOSL etc). A ausência do partido revolucionário, penetrado no seio das massas, permitiu e permite que a burocracia traidora anule o instinto de classe do proletariado, transformando a revolta da classe em passividade diante da exploração capitalista.

A independência política da classe operária frente ao Estado e aos partidos burgueses dependerá do combate à burocratização e estatização dos sindicatos e da Central. Sem a fração revolucionária atuando na classe, com o programa pro-

letário, não será possível superar o atraso imposto pela camarilha dirigente.

O ato das correntes de esquerda e da Pastoral Operária

A Pastoral Operária, Conlutas e Intersindical chamaram o ato do 1º de maio para a Praça da Sé. A convocatória indicava a realização de uma missa e, em seguida, o ato. No ato, usaram a palavra os que assinaram a convocatória e os convidados, entre eles o senador do PT, Eduardo Suplicy. Este esteve também no ato da Força Sindical. Dominaram as cantorias e os batuques, que serviam para dispersar a militância e tornar a manifestação festiva.

Os proponentes do ato usaram a tribuna o quanto puderam e impediram outras correntes, que não assinaram a

convocatória, de falar. No início, disseram que todos poderiam se manifestar. Depois, a Pastoral Operária comunicou ao POR que não haveria “tempo”. Na verdade, agiram como burocratas, que controlam o ato e o carro de som. Criticaram as festividades da CUT, mas não conseguiram imprimir um caráter de luta ao 1º de maio. Sequer reproduziram a passeata do ano passado.

O problema não estava somente no tamanho da manifestação, mas sobretudo na pequena expressão da classe operária, que não pôde impor a disciplina proletária no ato. A maioria era composta de militantes das correntes de esquerda, sendo que parte delas se encontrava impregnada de festejos. Tudo isso só vem reafirmar o quanto a Conlutas e a Intersindical se encontram distantes da classe operária.

Balanço do 1º de maio na Bahia: fragmentação da vanguarda e desorientação dos explorados

Em meio à crise do capitalismo, o 1º de Maio foi marcado em todo o país e, particularmente, na Bahia pela profunda fragmentação dos movimentos sociais, em particular do movimento operário. No momento em que o capitalismo atravessa uma crise sem precedentes e os trabalhadores são submetidos a privações de ordem econômica e social, para sustentar os lucros do capital, as centrais sindicais contribuem para manter os explorados divididos e desorientados.

As centrais sindicais, em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical (FS) e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), concorreram entre si para fazer um 1º de Maio mais festivo e despolitizado. Na verdade, o dia de luta histórico dos trabalhadores, que foi produto de uma resistência mordaz da classe operária à exploração e opressão capitalistas, transformou-se em ambiente de elogio desviado ao governo burguês de Lula, às políticas assistencialistas, ao eleitoralismo, aos acordos com os patrões e à política da burocracia sindical.

No caso da Força Sindical, controlada pelo PDT, chegaram a sortear um automóvel da Ford. O ato foi marcado pela mais descarada conciliação de classes e pela profunda alienação, com shows de bandas musicais. Com isto fortalecem as

ilusões democráticas dos trabalhadores e demais oprimidos sob sua tutela e empurram as massas à colaboração de classe com os patrões. O primeiro de maio da Força ocorreu na Praça Castro Alves, na Capital, em que se fizeram discursos em favor do “desenvolvimento nacional”, da “distribuição de renda” e de “mais emprego e salários decentes”.

Enquanto isso, no chão das fábricas, na Bahia, a burocracia da Força emperrou as lutas unitárias dos trabalhadores, evita qualquer tipo de confronto com os empresários e realiza acordos desfavoráveis ao operariado, com a flexibilização de direitos. Neste aspecto, a Força Sindical não se diferencia da CUT, do PT, que também tem uma política de elogio a Lula e à sua candidata à presidência, antecipando a disputa eleitoral, pregando que o governo deve financiar a crise dos capitalistas, para evitar a ruína completa da economia.

O 1º de Maio da CUT se realizou em local diverso, no Centro Histórico de Salvador. Palavras como “retomada do desenvolvimento econômico, geração de empregos e reforma agrária” foram mescladas com a cobrança de entendimento entre os setores afetados pela crise e ações do governo federal no sentido de aliviar os efeitos da crise econômica. Tal como a Força Sindical, o ato se con-

formou como uma atividade festiva.

A CTB, fundada pelo PCdoB, fez o seu 1º de Maio na Praça Campo Grande, em Salvador, junto com outras organizações como a Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB e Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG BA. Tal como os atos anteriores, também este foi marcado pela festividade e por um discurso rebaixado, pautado pela consigna de “um novo projeto de desenvolvimento nacional”, no estilo estalinista.

A CONLUTAS realizou um ato na Praça Municipal de Salvador, pela manhã, junto com o PCB e o PSol, com a participação da vanguarda ligada a essas correntes. De um modo geral, os atos comprovaram a nossa tese de que a fragmentação dos trabalhadores enfraquece a luta contra a exploração e os efeitos danosos da crise sobre a classe operária.

Por ser uma corrente pequena, ainda se constituindo na Bahia, o POR procurou intervir de acordo com suas possibilidades, com uma análise da conjuntura, da crise e da necessidade de organização dos trabalhadores e demais explorados para impor as suas reivindicações, por meio dos seus próprios métodos de luta, no seio dos movimentos.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

www.pormassas.org

Manifesto do POR ao 1º de Maio – Aos trabalhadores e à juventude

Este 1º de maio tem a tarefa de unir a classe operária, os camponeses, os trabalhadores pobres da classe média urbana e a juventude oprimida. Unir os explorados frente à crise do capitalismo e suas violentas consequências.

Na situação de quebra econômica, fechamento de fábricas, destruição de milhares e milhares de postos de trabalho, crescimento do desemprego e agigantamento da miséria, como a que enfrentamos, é que vemos o quanto é importante as massas exploradas estarem unidas em torno de uma direção política que responda aos ataques dos capitalistas.

O que une os trabalhadores para a luta são as reivindicações de defesa do emprego, do salário, das condições de existência e do combate ao capitalismo.

Perguntamos: as direções sindicais e políticas que controlam o movimento operário, camponês, popular e estudantil têm defendido essas reivindicações? Será que elas têm organizado o enfrentamento às demissões, ao desemprego crônico e à miséria da maioria? A resposta, evidentemente, é NÃO! As direções sindicais, salvo exceção, têm substituído as reivindicações próprias da classe operária por acordos de redução salarial exigidos pelos exploradores. Para defender do emprego, apresentam o apoio ao governo Lula na concessão de redução de impostos às multinacionais, empréstimos subsidiados e outras vantagens aos empresários. E se juntam politicamente à fração da burguesia industrial em favor da bandeira de redução dos juros. Trata-se de uma política burguesa encarnada pelas direções sindicais, que comandam a maior parte dos sindicatos por meio da CUT, Força Sindical, CTB e outras.

Estamos diante de uma burocracia que assumiu os interesses da classe capitalista em oposição às necessidades mais elementares dos explorados. Não por acaso, essas direções rejeitam as reivindicações próprias da classe operária e assimilam as medidas econômicas e sociais da classe capitalista. No fundo do colaboracionismo sindical se encontra a defesa do capitalismo, que se decompõe na sua crise estrutural e que procura sua saída na barbárie.

Está aí por que mais uma vez o 1º de maio não passa de festividades. A CUT e a Força Sindical fazem do dia do trabalhador um feriado de esquecimento do desemprego, da miséria e da fome. Nem mesmo a crise e as demissões em massa obrigaram as Centrais a convocar em conjunto uma grande manifestação. Não obrigaram a fazer do dia oficial dos trabalhadores um instrumento de mobilização, defesa das reivindicações e denúncia do capitalismo. Não se obrigaram a utilizar o 1º de maio como um momento de protesto, que no dia seguinte continuaria nas fábricas, nos bairros e nas escolas. A burocracia sindical impossibilita a unidade da classe operária para o combate.

A casta que controla os sindicatos e divide a organização nacional dos trabalhadores em várias Centrais pratica a política burguesa do PT, PDT, PCdoB, PSB etc. É por meio desses partidos que a burocracia vincula os sindicatos ao Estado e os submetem aos interesses dos capitalistas.

Essa constatação nos mostra que estamos diante da brutal contradição: o capitalismo afunda em sua crise histórica, e o proletariado padece da crise de direção. A ausência da política proletária, revolucionária, na condução dos sindicatos impossibilita à classe operária transformar sua revolta em programa anticapitalista. A crise de direção indica que o capitalismo apodrece e arrasta as massas para a barbárie, sem que elas possam se unir em torno do programa da revolução social. Expressa a falta do partido-programa, marxista-leninista-trotskista e o predomínio dos partidos burgueses sobre os explorados. Assim, a burocracia sindical ocupa os postos de

direção dos organismos dos assalariados e os mantém atados aos partidos da burguesia.

Repetimos: o 1º de Maio distracionista frente à ofensiva dos capitalistas contra a vida das massas põe à luz do dia a aguda crise de direção, que terá de ser resolvida construindo o partido da revolução proletária.

A Conlutas, dirigida pelo PSTU, proclama um 1º de Maio de luta e independente, oposto ao circo da CUT e Força, mas não dirige uma importante fração da classe operária. Desta forma, o seu 1º de Maio está sob a convocatória do Fórum das Pastorais Sociais e CEBs da Arquidiocese de São Paulo. Primeiro, os trabalhadores são chamados a rezar a Missa; em seguida, a ouvir discursos sobre a crise do capitalismo, o apoio de Lula aos patrões, a traição da CUT e a necessidade de um movimento por Medidas Provisórias (MP) em favor da estabilidade e da reestatização da Embraer.

O fato é que não teremos um 1º de Maio que expresse o programa proletário. Trata-se de mais uma divisão das organizações sindicais.

O combate à burocracia da CUT e Força não se potencializará acrescentando pela esquerda mais uma cisão, sem que esta seja uma ruptura das massas com o aparato burocratizado. A tarefa não é construir uma Central, de esquerda e minoritária. E sim de combater as divisões impostas pelas alas burocráticas do sindicalismo, lutando por constituir uma direção revolucionária, tendo às mãos a bandeira de CENTRAL OPERÁRIA ÚNICA, de DEMOCRACIA SINDICAL e de INDEPENDÊNCIA POLÍTICA. Esse objetivo depende do combate diário sem trégua à burocracia sindical pró-patronal e governista.

A derrubada da burocracia virá do levante do proletariado contra a exploração capitalista e os aparatos que a sustentam. Mas dependerá do trabalho revolucionário em desenvolver no seio dos explorados o programa da revolução socialista. A divisão em torno dos aparatos sindicais dificulta ainda mais a luta contra a burocracia da CUT e Força, que são dominantes.

O 1º de Maio separado, de festa, de missa e de discursos, diante da monumental crise mundial do capitalismo, mostra a necessidade de superar a profunda crise de direção, aplicando o Programa de Transição da IV Internacional, agindo com a tática da ação direta, da frente única pela unidade dos explorados em combate e pelo trabalho no seio das massas. Não se pode esquecer que a classe operária mundial impôs uma importante derrota à burguesia imperialista com a Revolução de Outubro na Rússia e pôs em pé uma direção constituindo a III Internacional. Sofremos com a crise de direção porque o estalinismo degenerou o partido bolchevique, venceu a Oposição de Esquerda liderada por Trotsky e acabou por liquidar a III Internacional. Trotsky trabalhou para edificar a organização internacionalista do proletariado, constituindo a IV Internacional, que, tendo por base o Programa de Transição, foi fundada pela Oposição de Esquerda Internacional. A restauração capitalista que desintegrou a União Soviética resultou em um incalculável retrocesso nas conquistas históricas do proletariado. Está aí por que a crise de direção não se limita ao Brasil. Só será resolvida pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, que é a IV Internacional.

O ataque aos empregos no mundo todo e o rápido avanço da miséria das massas não têm sido respondidos à altura pela classe operária. E não é porque não exista revolta, mas sim porque os explorados estão sob a influência da política burguesa. As manifestações não estiveram sob o programa

da classe operária para a crise. As posições à esquerda da burocracia cutista e forcista, como a da Conlutas, negam-se a levantar o programa proletário de enfrentamento da crise. Limitam-se às reivindicações pontuais e as têm como um fim em si mesmas, a exemplo da estabilidade, redução da jornada sem redução do salário, reestatização da Embraer e reforma agrária. Sonham as bandeiras e tarefas que unem empregados e desempregados e que se chocam contra os pilares do capitalismo. Isso explica a rejeição em levar aos trabalhadores as bandeiras transitórias, como a escala móvel das horas de trabalho, expropriações e controle operário da produção.

A crise do capitalismo vai se aprofundar. A burguesia investe contra as lutas operárias e camponesas. A repressão desfechada ao movimento dos sem-terra indica a investida. A burocracia vendida negocia com os exploradores o sacrifício a ser imposto às massas. E a classe operária se encontra desorganizada e fragmentada por obra de suas direções. A tarefa é de unir a classe operária e de estabelecer a aliança operária e camponesa. Para isso, é necessário o programa proletário para a crise.

Frente às demissões: GREVE COM OCUPAÇÃO DE FÁBRICA (a ocupação das fábricas que demitem é uma medida necessária de defesa dos postos de trabalho);

Frente à proposta patronal de redução dos salários: CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO E ABERTURA DA CONTABILIDADE (a classe operária não aceita a justificativa dos capitalistas de que demitem porque seus lucros estão caindo, porque estão tendo prejuízos ou porque caíram as vendas, exige que a fábrica passe para o controle de quem trabalha e que o sigilo contábil-comercial seja aberto);

Frente ao desemprego: ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, SEM REDUÇÃO SALARIAL (divisão das horas de trabalho nacionais entre todos os trabalhadores);

Frente à miséria, à fome, às doenças, à criminalidade, ao analfabetismo: SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE (nenhum trabalhador poderá ganhar menos que o salário mínimo vital, que será corrigido de acordo com a alta do custo de vida);

Frente às fábricas que fecham ou demitem em massa: ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO, SOB O CONTROLE COLETIVO DOS TRABALHADORES (o fechamento da fábrica é destruição de força produtiva, ao contrário a classe operária defende como solução a estatização);

Frente aos bancos, financiadoras, fundos, seguradoras, responsáveis pela especulação e quebras: EXPROPRIAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO, CRIAÇÃO DO BANCO ESTATAL ÚNICO E PROTEÇÃO DOS PEQUENOS POUPADORES (o Estado despende bilhões para proteger o sistema financeiro que se desmorona, trata-se de uma estatização parasitária. A classe operária se contrapõe com a expropriação sem indenização);

Frente à perda das pequenas propriedades, expulsão das terras e da miséria dos sem-terra: EXPROPRIAÇÃO DOS LATIFÚNDIOS E NACIONALIZAÇÃO DAS TERRAS, PROTEÇÃO DOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES, ACESSO DOS CAMPESESES EXPULSOS À TERRA (não há solução para os camponeses senão se aliar com a classe operária para pôr em marcha a revolução agrária como parte da revolução proletária).

Viva um 1º de Maio dos explorados, unitário e sob o programa da classe operária!

Construir o Partido Operário Revolucionário (POR)

Eleição de delegados para o CECUT e Concut Congresso para quê?

A burocracia da CUT, há anos, aprova o calendário de realização de seus congressos coincidindo com a disputa burguesa em torno das eleições presidenciais. Isso por que os congressos estaduais e nacional têm como principal objetivo armar os dirigentes sindicais para atuarem resolutamente em favor da campanha eleitoral do PT.

A plataforma de luta, composta por uma lista enorme de reivindicações, não passa de artifício para manter as aparências. Como o objetivo fundamental é a eleição, não há apresentação de teses, divulgação nas bases dos sindicatos e nem discussão política. Os delegados são eleitos pela força de quem controla os aparelhos sindicais. Para isso, os burocratas dispõem de um estatuto antidemocrático, que lhes assegura de antemão a arregimentação de delegados. O critério de proporcionalidade dos votos que elegerão os delegados é o atestado da prepotência da burocracia: 20%, no caso de duas chapas e 10%, quando há mais de duas. Portanto, nada tem a ver com a democracia operária. Por esse mecanismo, a casta burocrática garante seu revezamento na composição da direção da maior Central do país. Para galgar esse posto, tem de ser comprovadamente um burocrata de confiança da classe capitalista e que apóia a política do governo do PT.

A realização do congresso é uma formalidade. Tudo é decidido antes na cúpula da Central, desde resoluções até a escolha dos novos dirigentes. Por isso, o empenho da burocracia é dar a impressão que a Central faz congressos e decide a sua política por meio de delegação. No entanto, mal esconde que os delegados não passam de serviçais. Homologarão com seus crachás as disputas internas da burocracia quanto aos nomes que farão parte da nova gestão.

Eis aí por que os Congressos da CUT não fazem parte da luta dos trabalhadores e não servem para armá-los contra a ofensiva tirana dos capitalistas e dos governos. A maioria dos delegados usa o congresso para lazer, em luxuoso am-

biente.

Cisões fortaleceram a burocracia cutista

O PSTU cindiu a CUT em 2006, constituindo a Conlutas. Os vários agrupamentos sindicais que estão no PSOL compuseram a Intersindical, juntamente com outros setores sindicalistas, e decidiram sair da CUT. O PCdoB esperou a legalização das Centrais para constituir sua própria Central (CTB), com o intuito de desfrutar o imposto sindical.

Como se vê, as cisões se deram entre as correntes que compunham a direção da Central. Não foram expressão do movimento social contra a burocratização e estatização dos sindicatos. Os rompimentos têm como essência as disputas aparelhistas mais à esquerda ou à direita. O resultado foi o maior estilhaçamento do movimento social, a fragmentação das lutas e o enfraquecimento do combate à burocracia cutista. A crise econômica atingiu o país e a maioria dos sindicatos permaneceu sob o comando de direções pró-capitalistas, que não fizeram senão aceitar os acordos de redução salarial, perdas de direitos e demissões.

No passado, o PSTU cumpria a função de oposição, juntamente com as correntes que compunham a “CUT pela Base”. O que permitia alinhar um contingente de delegados em uma frente de contestação da política estatizante da fração oficialista do PT. O PCdoB, que se opôs à fundação da CUT e que aderiu tardiamente com o objetivo tático de infiltração, ajudava a fração oficialista, de forma a fortalecer seu aparato sindical. PT e PCdoB, por todo um período, estiveram aliados no combate às oposições e na tarefa de potencializar o lulismo.

É preciso recordar que, por todo um período de formação da CUT, o PSTU – anteriormente denominado de Convergência Socialista – esteve empenhado na viabilização de um governo do PT. Essa política, embora constituída na forma de oposição sindical, tem parte de responsabilidade no processo de vinculação da Central com a política burguesa. Ou

seja, a responsabilidade de colocar os sindicatos da CUT a serviço da ascensão do PT/Lula ao poder do Estado.

A política eleitoral do reformismo fortaleceu a burocracia estatizante. Fenômeno que teve por consequência endurecer a máquina sindical e reduzir drasticamente o espaço de intervenção das oposições. Como a disputa se dava estritamente no seio do aparato, as oposições que controlavam a minoria dos sindicatos decidiram pela ruptura, que configuraram a Conlutas e a Intersindical. Esses acontecimentos sindicais ocorrem como parte da expulsão da Convergência Socialista do PT e formação do PSTU como partido legal. Mais recentemente, uma ala parlamentar do PT e setores sindicais a ela vinculados romperam e constituíram o PSOL. Partido esse que passa pelo dilema de cindir a Intersindical e ingressar na Conlutas.

O fato é que o abandono do terreno da CUT por essa ala de esquerda sindical para organizar um novo aparato resultou num vazio de conflito com a burocracia petista e facilitou o fechamento total da democracia interna. A partir daí, os congressos da CUT ocorrem sem que tenham uma frente de oposição. A corrente O Trabalho é mais realista que o rei. Fez da defesa do PT e de Lula o centro de sua política, apresentando-se como os trotskistas salvadores da sombra do reformismo petista das origens.

Eleição de delegados na Apeoesp

Depois de constituir seus aparelhos sindicais, o PSTU e PSOL e outros agrupamentos que circundam entre esses dois partidos decidiram não participar da eleição de delegados para o congresso da CUT. Foi o que ocorreu na Apeoesp. Primeiramente, fizeram um acordo na reunião da diretoria em que a eleição de delegados não se realizasse nas instâncias da Apeoesp, mas sim numa plenária a parte, a ser convocada pela Articulação. Isso veio à tona na reunião do Conselho de Representantes, em março, quando a Corrente Proletária/POR exigiu que o ponto sobre o congresso

da CUT estivesse na pauta. A burocracia justificou a ausência apresentando a proposta acordada com o PSTU e as correntes que compõem a direção do sindicato. Diante da denúncia do POR, os burocratas decidiram marcar para o dia 24 de abril.

O POR distribuiu o boletim divulgando o programa classista para enfrentar a crise econômica e conclamou os setores que fazem oposição à direção da Apeoesp a votarem nesse programa. Mas a conduta do PSTU, PSOL e das correntes que estão na Conlutas foi a de abstenção.

No dia da escolha dos delegados, a diretoria anunciou o resultado da plenária da Articulação que indicava para dirigente da CUT estadual o diretor do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Adi, e para presidente nacional José Feijóo. Tentou explicar para sua base que o ex-presidente da Apeoesp, Carlos Ramiro, não foi aceito e que, a partir dessa decisão, todos os seus delegados votariam nessas indicações. Depois, nomeou um dos dirigentes da CUT, Ariovaldo, para conversar com as correntes “interessadas” em participar do CECUT e do CONCURT. De pronto, a corrente O Trabalho se aliou à Articulação. O objetivo era constituir uma chapa única, não fazer a discussão e não votar chapa contra chapa.

O POR não aceitou participar dessas manobras e apresentou sua chapa, intitulada “Emprego não se negocia, defende-se com luta”. Dessa forma, a Articulação e O Trabalho conformaram uma chapa e o POR, outra. Houve as defesas e, em seguida, a votação. Diante de duas chapas, o estatuto impõe a proporcionalidade desde que a chapa tenha 20%. O POR não atingiu esse percentual e, com isso, todos os delegados da Apeoesp (170) são da burocracia.

O porquê da abstenção

A abstenção das correntes que se reivindicam da luta contra a burocratização dos sindicatos e da Central foi um desprezo ao programa classista, apresentado pela chapa porista. Teve como resultado o impedimento da apresentação do programa proletário num congresso sob o controle da burocracia pró-

capitalista. Ainda mais grave: permitiu que a burocracia da Apeoesp elege-se toda a delegação para votar na política anti-operária.

As correntes de esquerda que dizem combater a estatização e a burocratização dos organismos dos trabalhadores deram provas que não mexerão uma palha para varrer as direções traidoras que ocupam a Central e que arrastam milhões de operários para a política burguesa. Demonstram o quanto estão empenhadas na divisão aparelhista. E revelaram a incompreensão de um dos princípios elementares, que é o da unidade organizativa dos explorados.

A justificativa de que a militância da Conlutas e da Intersindical se absteria porque estão fora da CUT é sectária. Desconsideram que a luta contra a burocracia deve se dar em todos os campos, instâncias e situações. O POR os exortou a votar no programa proletário, nos princípios da democracia operária, nos fundamentos da independência de classe e no combate às diretrizes pró-capitalistas da direção da CUT.

Em nome da cisão e da construção da Conlutas, a militância presente lavou as mãos diante do enfrentamento programático do POR com a burocracia petista. Tanto a burocratização autoritária da CUT quanto a cisão promovida pelo PSTU, certamente, estão em choque com a orientação marxista da independência política das organizações operárias e de sua integridade organizativa.

O POR está obrigado a se confrontar com as posições pró-burguesas da CUT e com as posições divisionistas da política da esquerda aparelhista. O que farão os militantes do POR no congresso da CUT? Defenderão a ruptura com o governo, a implantação da independência política e da democracia proletária, aprovação de um programa de enfrentamento da crise e os métodos da ação direta. O que faria o POR se participasse do congresso da Conlutas? Defenderia uma resolução em favor de um central única, com uma direção proletária, a transformação da Conlutas em uma fração revolucionária no interior da CUT e o programa de enfrentamento da crise. O POR sempre esteve e estará do lado das correntes que estejam em choque

com a burocracia, mas não aceita a política de cisão da CUT como arma para derrotar a sua direção pró-capitalista.

Defesa de uma Central unitária

A Corrente Proletária/POR defende da unidade política e organizativa da classe operária e dos demais oprimidos para enfrentar a classe capitalista e seu Estado. Mas esse objetivo encontra na burocracia sindical o seu maior obstáculo. Esta atua contra a unidade organizativa, fragmentando as lutas e enfraquecimento o poder de resistência dos explorados. Para a burocracia, a unidade organizativa dependerá de seus interesses de casta dirigente. Por isso, quando se vê ameaçada, cinde os organismos dos trabalhadores.

Os revolucionários atuam em todos os lugares para derrotar a burocracia que faz dos sindicatos e da Central um canal de expressão da política burguesa no seio dos explorados. Atuam na base a fim de ganhar esses organismos para a luta de classe, o que requer a defesa do programa proletário.

Com esse objetivo, estamos obrigados a defender uma Central unitária e combater as divisões nascidas de disputas em tornos dos aparelhos sindicais. Está claro que a constituição de várias centrais expressam interesses distintos da burocracia (cutista, forcionista, cetebista etc). Mas no geral se coloca pela defesa do capitalismo. O enfraquecimento e a derrubada da burocracia não serão concretizados com mais cisões. E sim com o desenvolvimento no seio das massas da política revolucionária, que como tal se assenta na posição de defesa da unidade organizativa dos explorados. A ausência de um comando nacional do proletariado se deve às pressões da classe capitalista e à implantação de sua política no interior do movimento sindical. A esmagadora hegemonia da política burguesa sobre os sindicatos e, portanto, sobre os aparatos das centrais, se deve ao pequeno desenvolvimento do partido revolucionário. Os erros da esquerda em comprometer o princípio da unidade organizativa da classe operária atrasarão a tarefa de derrotar a burocracia.

Nova investida de Serra

Serra trouxe para Secretaria da Educação um dos chefes do PSDB, o privatista Paulo Renato, com o objetivo de fazer valer o decreto que institui a prova para a contratação dos professores temporários. Trata-se, agora, do PLC 19, que é extensivo ao funcionalismo, particularmente a educação e a saúde. E do PLC 20, que cria um falso concurso. Isso porque os aprovados não assumem o cargo enquanto não freqüentarem por 4 meses o curso de formação e se sujeitarem a uma nova prova. Altera também a jornada de trabalho, instituindo uma de 12 horas e outra de 40 horas. Está aí mais uma investida de Serra contra a educação pública e contra os professores.

Eis a essência das medidas

1. O PLC-19 ressuscita o PLC-26 (derrubado pela greve em 2005), é um golpe contra os professores temporários. Obriga mais de 100 mil professores a fazerem uma prova para conseguir aulas. Uma prova que tem validade de no máximo um ano. Mais grave ainda: quando acabar o contrato do temporário, não poderá trabalhar no serviço público antes de decorridos 200 dias do término do contrato. Ou seja, será demitido e ficará fora da rede por um ano. A aceitação desse critério de seleção para a contratação dos professores temporários passará a ser regra. Portanto, não há emenda a fazer. É preciso derrubá-lo.
2. A aprovação na prova não significa que o professor terá o emprego. A contratação depende da existência de aulas a serem atribuídas aos temporários. O professor pode alcançar os primeiros lugares na seleção, mas, se não houver aula de sua disciplina, estará desempregado ou subempregado.
3. O resultado positivo na prova não garantirá o salário necessário para a sobrevivência. O piso por 20 horas já é um atestado de pobreza. Imagine viver com o salário de R\$ 454,66.
4. O PLC de Serra divide os temporários. Separou os que estão na SPPREV dos INSS, oferecendo aos primeiros um trabalho que não é o da função. O professor reprovado, mas

da SPPREV, deixará de dar aula e passará a prestar serviços à escola. No seguinte, estará obrigado a fazer nova prova.

5. O PLC-20 institui a farsa do concurso. O professor faz o concurso, é aprovado, mas não assume o cargo. Tem de fazer a escola de adestramento do governo e se submeter a um nova prova. Depois de tudo isso, o professor pode assumir um cargo de 12 horas para ganhar o salário mínimo e ficar por três anos sendo submetido à avaliação de desempenho, período do estágio probatório.

Só a ação coletiva nas ruas derrubará as medidas de Serra

Os professores devem rechaçar as violentas medidas de Serra. A conversa de transformar a prova em classificatória, de respeitar o tempo de serviço e de separar os que estão na SPPREV já provou que não derruba os PLCs do governo. Por outro lado, a Justiça sempre foi do governo e da classe capitalista. E, por isso, canalizar a luta em torno de disputas judiciais é derrota na certa. O exemplo recente da vitória da Apeoesp na Justiça, que anulou a prova, teve fôlego curto. O governo cavou outros meios e recursos jurídicos para fazer valer o decreto. Só a mobilização direta, a greve e as grandes manifestações de rua poderão pôr abaixo essa ofensiva de Serra sobre os professores.

A burocracia da Apeoesp, certamente, correrá atrás da Justiça. Esse é um método estranho a luta dos trabalhadores. Os professores devem confiar em sua própria força e, por isso, combater as tentativas de desviar a ação coletiva para os tribunais de justiça.

Rejeitar a política da burocracia da Apeoesp

Na assembleia passada, a burocracia da Apeoesp colocou novamente em votação o problema do concurso e da estabilidade. Retomou a velha cantilena de que o concurso é democrático. Aceitou a existência na rede de uma parcela de professores temporários. O PSTU e setores da Conlutas tentaram combi-

nar o concurso com a estabilidade. Para isso, tiveram de combater a estabilidade (efetivação) de todos os professores, defendido pela Corrente Proletária/POR. Resultado: a oposição se dividiu e os burocratas impuseram o concurso.

Nem bem passou uma semana, o secretário da educação anunciou a prova para demitir os OFAs e o concurso. E agora? Novamente, a burocracia fará o jogo da pressão judicial e de emendas aos PLCs.

Nossa posição: retomar a decisão da assembleia passada. Não podemos permitir que o governo crie um instrumento para demitir os temporários. É preciso defender a efetivação de todos, portanto, a estabilidade imediatamente. O concurso é outra via de demissão, por isso há que rejeitá-lo.

Estabilidade (efetivação) a todos os professores

A reivindicação de estabilidade aos contratados por meio da efetivação é um passo na defesa do direito ao trabalho. A situação dos professores é grave. O magistério conta com uma excedente gigantesco de desempregados e subempregados. A reivindicação de defesa do professor só pode ser a da estabilidade.

É fundamental que aproveemos a estabilidade, acompanhada de um conjunto de reivindicações para que sejam assegurados de fato o emprego e as condições de trabalho. Entre elas: 1) redução da jornada por meio da escala móvel das horas de trabalho (divisão das aulas entre todos aptos ao trabalho, sem redução salarial); 2) diminuição do número de alunos por sala, máximo de 25 alunos por sala; 3) abertura de todas as escolas fechadas; 4) acesso livre a todos os jovens e adultos aos estudos; 5) fim da municipalização; 6) pôr abaixo a farsa da reforma do ensino médio; 7) controle do ensino por quem estuda e trabalha.

A vitória dependerá da ação coletiva dos professores e da paralisação das escolas. A experiência tem nos mostrado que o governo só ouve os professores quando as escolas estão fechadas e os professores em greve. Organizemos a resistência!

Fortaleza

Estudantes fazem manifestação contra aumento da passagem

No dia 07 de maio, os estudantes organizados pela Frente de luta contra o aumento da passagem realizaram manifestação em frente à Prefeitura. Mais de 700 estudantes de várias escolas saíram em passeata do Cefet até o gabinete da prefeita Luizianne Lins (PT).

O Sindiônibus e a Etufor (autarquia municipal) negociam o aumento da passagem dos atuais R\$ 1,60 para R\$ 1,90 ou mesmo R\$ 2,10. Até mesmo a populista tarifa social aos domingos deve subir dos atuais R\$ 1,00 para R\$ 1,20. O SIT (Sistema Integrado de Transporte), que congrega mais de 35 linhas e 6 terminais, mal consegue atender a população, que é obrigada a pagar caro por ônibus superlotados, desconforto e demora. A burguesia do transporte coletivo que financiou a eleição de Luizianne agora cobra a fatura. Antes se falava do congelamento da passagem por 4 anos como uma conquista de seu mandato. Fato mesmo é que o Sindiônibus e o SIT têm lucro da ordem R\$ 400 milhões, conforme dados de 2008 do site da Etufor. A população pobre e trabalhadores não podem e não devem arcar com um novo aumento da passagem, nem aceitar



que a crise capitalista seja descarregada sobre a maioria oprimida. A única saída é a luta de rua e massiva.

Os estudantes, que também protestavam contra a limitação da meia cultural nos cinemas, teatros, shows e estádios de futebol, entraram em confronto com a Guarda Municipal, que utilizou spray de pimenta para reprimi-los, depois que arrombaram os cadeados da grade de entrada do gabinete da Prefeita. Uma comissão foi formada e recebida pelo presidente da Etufor, Ademar Gondim, que fez demagogia dizendo que a prefeitura se comprometia com 'o social', mas que não poder atender as reivindicações dos estudantes.

A Corrente Proletária Estudantil, que participa da Frente de Luta, esteve presente no ato, distribuiu manifesto e defendeu a estatização do transporte coletivo sob controle dos trabalhadores, o passe livre para estudantes e desempregados nos ônibus e atividades culturais. A vitória do movimento passa pela construção dos comitês contra o aumento e a limitação da meia nas escolas, o fortalecimento dos grêmios e a construção de uma direção revolucionária para o movimento estudantil.

Professores no Ceará entram em greve por tempo indeterminado

Os professores no Ceará deflagram, neste último período, uma luta geral pela implantação do piso salarial. Na rede municipal de ensino de Fortaleza, os professores estão em greve há quase 20 dias (aprovaram a greve em 23/04). A rede estadual aprovou a greve em 07/05, em assembléia geral, que contou com o a presença e apoio dos professores da rede municipal. Também no interior, vários municípios entraram em greve contra as prefeituras que se recusam a implantar o piso, a exemplo de Crateús,

que realizou greve de mais de 30 dias (desde fins de março) e estão acampados na prefeitura contra o prefeito do PCdoB, Carlos Felipe, que oferece a migalha de 6,25% de reajuste, contra 32% exigido pela categoria.

Em Fortaleza, os professores exigem apenas o reajuste do Fundeb de 19,2%; a correção do enquadramento na tabela de vencimento do PCCS (já que há professores e servidores com mais de 25 anos de serviço da referência 1 – início de carreira – e perdendo mais de R\$ 300

por mês); redução da jornada de trabalho como manda a lei 11.738 (lei do Piso) de 48 para 40h. A prefeita Luizianne (PT) se recusa a atender as reivindicações e alega falta de recursos devido à crise econômica. Ao mesmo tempo, faz pressão sobre os professores temporários e que esperam incorporação definitiva da suplementação da carga horária para que não entrem em greve e tenta jogar a população contra os professores. A prefeitura não divulga sequer o local de negociação com os professores, para

que só a comissão seja recebida sem que haja nenhuma pressão da base no local.

Na rede estadual, o governo Cid/PT/PSDB se recusa a conceder a progressão horizontal de 5% prevista no PCR; e enviou mensagem para a Assembleia Legislativa (A.L.), impondo abono de 10 meses (setembro/08 a junho/09) de 5%. O governo pretende implantar uma avaliação desempenho como já antecipa o recente decreto **29.624/09** aprovado na A.L. Cid Gomes está nomeando vários interventores para escolas estaduais, reduziu a carga horária de professores do teleensino e polivalentes (1º a 5º ano), acompanhado de redução de 20% nos salários; impôs que o planejamento domiciliar dos professores fosse feito nas escolas, entre outros ataques.

A categoria tem mostrado disposição de luta; entretanto, as direções sindicais

(Sindiute e Apeoc) mais uma vez têm impedido que os professores falem nas assembleias e rebaixam as reivindicações da categoria, a exemplo da reposição das perdas salariais. No caso do Sindiute, até há pouco, só diretores do sindicato, sem representação de base, iam negociar com a Prefeitura. Além disso, são contrários à formação de um *Comando de greve* e se recusam a marcar calendário de *zonais*. Na Apeoc, o comando foi formado imediatamente depois da greve, mas a direção procura não desgastar o governo já que, afinal, é parte dele. Também não pede nenhum reajuste, apenas a migalha de 5% da progressão. A Corrente Proletária na Educação/POR vem intervindo na greve defendendo a unidade estado-município, com um único comando de greve e calendário único (das assembleias aos atos). Defendendo também a

unidade das oposições para enfrentar a burocracia.

- * Que os governos atendam as reivindicações do magistério, de implantação do piso salarial e redução da carga horária! Lutemos pela reposição das perdas que é superior a 50% tanto no estado quanto no município!
- * Democracia plena nas assembleias! Pelo direito de livre expressão dos professores de base e oposição! Calendário de zonais já (unificando estado e município)
- * Lutemos por um piso salarial que corresponda ao salário mínimo vital (em nossos cálculos R\$ 3.500)!
- * Fortalecer a greve com a busca do apoio da comunidade escolar (pais e alunos) e preparar-se para a radicalização do movimento (ocupação de prédio e avenidas!)

Rondônia

Por uma verdadeira campanha salarial

Na paralisação nacional do dia 24, os trabalhadores da educação bloquearam em marcha a BR 364 em vários municípios do estado. Porém, neste protesto, as palavras de ordem se limitaram a denunciar o descaso do governo, que se recusa a negociar a reposição das perdas salariais. Lembremos: o governo concedeu reajuste de 25% para toda cúpula: secretários, adjuntos e vice-governador. E, no decorrer do seu governo, a acumulação da arrecadação do estado foi da ordem de 148%; mas, mesmo assim, Cassol não aceita pagar as perdas de 18%, acumuladas nos mandatos de 2003 a 2008.

Jogo da burocracia sindical

Os dirigentes sindicais usam os efeitos da crise econômica como lhes convém. Quando se trata de proteger o governo Lula, obscurecem os fatos. Quando o governo do estado afirma que a crise impede de atender as reivindicações, dizem que há dinheiro e que é

preciso defender o reajuste. Mas quando se referem ao prefeito, Roberto Sobrinho/PT, acabam aceitando que não é o momento do funcionalismo municipal pedir aumento salarial.

Na realidade, os burocratas manobram para evitar a unidade dos funcionários estaduais e municipais. Recusam a organizar as assembleias conjuntas para poder enfrentar Cassol e Sobrinho.

Cabe aos trabalhadores rejeitarem esse jogo da burocracia e aprovarem as reivindicações e os métodos próprios dos explorados.

Propostas da Corrente Proletária

A burocracia sindical segue a orientação da CNTE, que apóia a lei 11.738 (Lei do Piso Salarial Profissional Nacional). Portanto, aceita um piso de 2 salários mínimos. Sabemos que, com esse piso, os trabalhadores não conseguem manter sua família. A Corrente Proletária, defende o salário mínimo vital, que

deve ser calculado pelas assembleias. Em nossos cálculos, uma família de 4 pessoas necessita de R\$3.500,00.

A redução da jornada de trabalho é uma reivindicação muito importante, porque significa a proteção a força de trabalho diante da exploração. A Corrente Proletária defende a escala móvel das horas de trabalho, que é a divisão das horas nacionais entre todos os trabalhadores da educação para que haja emprego a todos e se preserve a capacidade física e mental dos trabalhadores.

Os burocratas do sindicato querem usar o descontentamento da classe com os baixos salários para a “conversa” com parlamentares. Por essa via, só acumulamos derrotas. A Corrente Proletária reafirma que é necessária a unidade (municipais e estaduais) e a ação coletiva dos trabalhadores da educação. O bloqueio da BR 364 foi um passo importante, temos de caminhar por essa via, que é a da mobilização direta.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

www.pormassas.org

Eleições do SINTE/RN**PSTU/PSOL montam chapa de oposição com base na distribuição de cargos****O seminário:**

Após o fim das greves do estado/município de Natal, os diversos grupos políticos e independentes realizaram uma reunião e tiraram como encaminhamento um seminário para o dia 25/04/09, para fazer uma discussão de conjuntura e começar a construir uma chapa unificada, desejo expresso pela categoria, e necessidade histórica da luta para derrotar a burocracia do PT e PCdoB, hoje instalada na direção do Sinte. Ao final do seminário, seria tirado um documento (carta aberta ou manifesto) e marcada uma plenária para aprovar o programa e discutir a composição da chapa, tudo sob a base do voto e que todos deveriam respeitar a decisão soberana da plenária.

O PSTU/PSOL juntos mudaram o objetivo inicial do seminário e substituíram a aprovação da CARTA ABERTA, pela escolha de nomes para composição da chapa sem nenhum critério programático e formou-se uma comissão composta pelo PSTU/PSOL para, numa reunião, organizar o programa da chapa. Um acordo de cúpula.

O POR se colocou contra a violação do objetivo inicial do seminário. Deixando claro que aquele método era burocrático e que portanto não comporia uma chapa que colocasse a necessidade de distribuição de cargos acima da discussão de programa.

A plenária do dia 02/05 não passava de jogo de cena

No dia 02/05 foi realizada uma reunião chamada de “plenária” para aprovar o programa da chapa, previamente preparado em reunião de cúpula. Na prática, a “plenária/reunião” tinha como objetivo ratear os cargos para os nomes apresentados no dia 25/04.

A plenária/reunião transformou-se numa luta despolitizada com chantagens e ameaças

Na distribuição dos cargos, o ex-dirigente do Sinte / PCdoB, A. C., ameaçou se retirar da “plenária”. Denunciou que ali tinha um veto político a seu nome (já estava em andamento a distribuição dos cargos e até o momento ele não tinha sido contemplado), e que inclusive o PCdoB já o havia convidado para compor chapa. De pronto, todas as correntes presentes perguntaram que cargo ele queria. E foi oferecido tudo. A “Toinho” foram oferecidos todos os cargos, inclusive a coordenação de finanças, e este optou pela coordenação de formação sindical e permaneceu na reunião.

O ingresso do PSOL

O professor e dirigente do PSOL também compõe a chapa da oposição unificada. O mesmo que na assembléia do município defendeu o fim da greve no pior momento de repressão judicial, alegando que no governo municipal a categoria era respeitada e que portanto deveria terminar a greve. Na “plenária”, numa de suas intervenções, afirma ter estudado em escola pública; só que esta, antes, era melhor, e de forma

vigorosa afirmou: o problema da educação se agravou quando começaram a entrar pobres nas escolas, além de ter defendido a avaliação desempenho. O PSOL, mesmo com estas posições, foi acomodado na chapa. Receberam de bandeja a coordenação geral.

A luta pela coordenação geral

O ponto alto das chantagens ficou claro na hora de ratear o que os grupos entendem como divisão de força política na formação da chapa: A COORDENAÇÃO GERAL (composta por três membros). O falso discurso de respeitar as decisões da “plenária, através do voto”, logo foi substituído por uma luta encarniçada entre o PSTU/PSOL. O PSTU apresentou dois nomes para a COORDENAÇÃO GERAL. Defendeu sua proposta com o argumento de que os dois nomes apresentados eram de pessoas conhecidas no movimento e que tinham peso. Defesa do personalismo. Se a proposta tivesse ido a voto, o PSTU teria vencido, pois tinha maioria na “plenária”. O PSOL, junto com alguns independentes, reagiram e acusaram o PSTU de querer centralizar todo o poder. O tom ameaçador dos dois grupos deixou claro que não respeitariam a decisão de uma votação. O PSTU entendeu o recado e capitulou, retirando um de seus nomes, abrindo espaço para PSOL.

Após a distribuição dos cargos, todos foram informados de que poderão ser substituídos para acomodar nomes de pessoas das cidades do interior que rendessem votos. O POR se absteve e se posicionou por escrito combatendo o método do oportunismo eleitoral se negando a participar da composição da chapa que se formava de maneira burocrática e sem ampla discussão programática.

Como foi aprovação do programa

Foi apresentada uma carta programa discutida anteriormente entre os grupos, iniciando com a discussão do piso salarial. O piso do Dieese (proposto pelo PSTU) e o de R\$ 3.500,00 apresentado por um independente. O PSTU justificou que mesmo o piso do Dieese não servirá como mobilizador nas cidades que recebem o salário de R\$ 480,00. Por isso, sua defesa é exigir o piso do governo rumo ao do Dieese. Os vários grupos justificaram suas defesas mas nenhum deles levou em consideração as necessidades reais dos trabalhadores. Chegando inclusive a defesa do piso (R\$ 3.500) com base na formação superior. Foi aprovado o piso do Dieese.

Frente a avaliação desempenho, foi feito um destaque de que esta é uma realidade no município de Natal, por já estar sendo implementada e impedir a carreira dos profissionais. A avaliação desempenho já é uma das medidas da reforma educacional, não é específico de nenhum município. O PSOL apresentou a proposta de manter um mecanismo de avaliação do professor por existirem casos a serem revisitos.

Defesa da escola pública gratuita e de qualidade: propos-

ta de modificação retirando o termo “qualidade” justificando que o governo se apropriou desta bandeira e confunde com a defendida pela atual direção do Sinte. A proposta apresentada foi a retirada para incluir “digna e justa e que atenda a todos os trabalhadores”.

Lutar pelo fim do Fundeb: o PSOL defendeu a manutenção do Fundeb e houve a proposta de manter a bandeira e discutir depois em virtude do tempo.

Pontos que foram consenso entre os grupos e que merecem destaques:

Instituir os departamentos de Aposentados e de Funcionários Administrativos com autonomia política, financeira e administrativa e definir percentual da receita do Sinte para os mesmos no próximo congresso. Pretende resolver um problema político que é o distanciamento de outros setores da categoria com medidas administrativas. É o mesmo que criar a divisão do sindicato entre estes setores. Na verdade, a intenção é de acomodação das idéias dos grupos que compõem a chapa.

Sobre a divisão da CUT: proposta de um plebiscito para desfiliação e filiação ou não a outra central sindical.

O POR participou da reunião plenária mas se absteve na votação, pois o método democrático já havia sido violado.

Que o POR discutiria a possibilidade de apoio a chapa, mas com autonomia de crítica e a defesa de um programa que venha derrotar a burocracia, mas que a chapa não se utilize de métodos burocráticos.

Rio Grande do Norte

Eleições do DCE: vote em defesa do programa revolucionário

As eleições do DCE ocorrem no contexto de crise mundial do capitalismo, onde no Brasil o governo Lula PT/PCdoB/PMDB tem protegido a burguesia, comprando empresas falidas e fornecendo dinheiro dos serviços sociais para os capitalistas. Nesta situação, uma direção do DCE independente do governo e baseado na ação direta coletiva dos estudantes para lutar contra o governo Lula (PT) seria muito importante. Nas eleições atuais, há duas alternativas para os estudantes.

A chapa 1 é formada por estudantes do PT e, em sua grande maioria, os “apartidários”. Representa a chapa de continuidade da atual direção do DCE. O que caracteriza a política de uma chapa são as propostas que defende. A chapa 1 caracteriza-se por encaminhar a luta dos estudantes para dentro das instituições. Na Câmara de Vereadores para a modificação do Plano Diretor e na UFRN, tentaram, nos fóruns burocráticos da UFRN, remendar a política neoliberal do REUNI. Ao invés de organizar a luta direta coletiva dos estudantes, a Chapa 1 prefere a luta institucional, por dentro das instituições burguesas. É uma política pró-burguesa porque fortalece as instituições da burguesia como palco de luta e decisão das reivindicações dos estudantes.

A chapa 2, tem a frente os estudantes do PSTU. Participamos de várias discussões com a juventude do PSTU na tentativa de organizar uma chapa com um programa revolucionário para as eleições do DCE. Chegamos inclusive a retirar em conjunto, uma série de propostas importantes para a formação da chapa. Mas na véspera do último dia de registro de

O POR apresenta nesta Carta Aberta o processo de formação da chapa de oposição chamando os trabalhadores a defenderem uma direção que se pautar pela ampla democracia operária, que sejam corrigidas as deformações entre os grupos (que onde são direção agem idênticos à burocracia), que se pautar na luta pela independência dos governos estadual, federal, municipais, que unifique os trabalhadores contra o corporativismo.

- Que a chapa de oposição tenha como tarefa construir um plano de luta para os trabalhadores em educação, elevando a discussão política no seio da categoria que tem sido destruída pela burocracia, que há 20 anos utiliza o sindicato como trampolim político.
- Que arme a categoria para o enfrentamento com os governos, organizando uma luta para por abaixo as reformas implementadas pelos governos que só trazem destruição à escola pública.
- Defesa do emprego à todos! Que nenhum profissional da educação fique sem trabalho. Escala móvel das horas de trabalho.
- Fim do concurso público e efetivação dos que já estão trabalhando. Fim do subemprego!
- Controle do ensino por quem trabalha e estuda.
- Aumento real do salário. Implantação do salário mínimo vital aprovado em assembleia que leve em consideração as necessidades vitais do trabalhador. Em nossos cálculos, em torno de R\$ 3.500,00.

chapa, as duas correntes juntas tinham cerca de 08 estudantes para uma chapa que precisava de 19 membros. A juventude do PSTU insistiu na formação da chapa por meio do coleguismo. Isto é uma atitude burocrática, pois não se baseia na elevação da consciência política ativa dos membros da chapa, mas na disputa aparelhista.

Além disso, a juventude do PSTU modificou o programa acordado anteriormente e adotou uma política reformista: agora defende uma expansão de qualidade ao invés de posicionar-se claramente contra o REUNI; defende a municipalização das empresas de transporte coletivo, mas não coloca o controle dos trabalhadores, portanto, não se baseia na ação coletiva e ativa dos trabalhadores, mas no estatismo permitido pelos limites da sociedade capitalista.

A Corrente Proletária não teve força para lançar uma chapa com programa revolucionário devido a sua pouca inserção nos estudantes. E a sua luta por formar esta chapa não foi suficiente para reverter a realidade atual existente. Acreditamos que é preciso realizar um trabalho de luta ideológica para fomentar um movimento estudantil revolucionário. Uma oposição que não consegue movimentar estudantes é uma oposição inexistente na realidade.

Por tudo isto exposto, a **Corrente Proletária** defende o VOTO NULO PROGRAMÁTICO nestas eleições para o DCE como forma de defender as idéias revolucionárias e convoca os estudantes a construir conosco esta alternativa revolucionária para o movimento estudantil da UFRN.

Londrina-PR

Vitória da Chapa 3 Força Estudantil para o DCE

As eleições para o DCE ocorreram nos dias 06 e 07 de maio, em um momento decisivo em que o movimento estudantil da UEL precisa dar resposta aos ataques da reitoria, à acelerada privatização da universidade e organizar-se em torno de um programa que o unifique com as lutas mais gerais dos trabalhadores. A entidade, que em 2008 esteve nas mãos do PSol e PSTU, foi abandonada em novembro. A gestão acabou, mas irresponsavelmente a antiga diretoria não encaminhou as eleições. Desde o início de 2008, um grupo de estudantes começou a se agrupar a partir do Grupo de Estudos sobre as Correntes do Movimento Estudantil, organizado pela Corrente Proletária na Educação. Este grupo elaborou a tese III para o Congresso do DCE-UEL, se dedicou à organização da calourada 2009 e compôs, com os que se somaram neste processo, a chapa FORÇA ESTUDANTIL por meio de plenárias, valorizando a organização em torno de idéias e princípios claros.

Estavam na disputa a chapa *Da luta não me retiro* do PSol e PSTU, e a *Surreal Chapa nós: veredas* um mix de “anarco-bolivarianos”. A FORÇA ESTUDANTIL ganhou com apenas 6 votos a mais que a *Surreal*, enquanto a continuidade da política do PSol e PSTU foi nitidamente rechaçada. O processo eleitoral ainda não foi concluído pois estudantes vinculados às outras chapas estão tentando impugnar a decisão da maioria estudantil com acusações infundadas de “boca de urna”. Caberá ao Conselho Deliberativo julgar estes ataques.

O fundamental foi que os estudantes puderam politizar o processo eleitoral. A chapa 3 defendeu o seguinte programa (resumo do jornal da campanha):

Autonomia e Democracia na Universidade!

- Levantar a bandeira de uma universidade autônoma, pública, gratuita e laica. Que se auto governe, sem a interferência do Estado e de nenhum outro poder acima dela; que tenha plena liberdade e democracia; Eleição direta dos dirigentes da Universidade sem interferência do governador. Voto universal. Defesa da Assembleia Geral Universitária

- Garantir o preenchimento da representação estudantil nos

conselhos superiores, propondo uma atuação que denuncie as ações da burocracia universitária; e lutar pela paridade nestes conselhos.

Organizar imediatamente a resistência junto com os funcionários e professores à proposta de instituir o voto da LDB.

Contra a privatização, abaixo todas as taxas!

· Exigir o fim das fundações; Rechaçar as políticas privatistas de educação do Governo Lula.

Por uma frente anti-burocrática para trazer a UNE para o caminho da luta. Em defesa da Unidade! Defender a unidade do movimento estudantil e construir um grupo de oposição dentro da UNE, através da ampla unidade dos estudantes da UEL, Paraná e do Brasil; que o Congresso Nacional de Estudantes organize essa intervenção anti-burocrática e unitária;

Em defesa da democracia estudantil!

Executar uma política que impulsione as lutas, que seja anti-burocrática, que respeite e fortaleça as instâncias coletivas, que reconheça a necessidade de fazer a informação circular e que aposte na formação política permanente; Resgatar a democracia estudantil: a diretoria deve convocar regularmente e se subordinar às decisões do Conselho Deliberativo, Assembleia e Congresso. Buscar o fortalecimento dos vínculos com lutas dos trabalhadores em Londrina (transporte, contra repressão, articulação com bairros); As finanças do DCE devem ser controladas pela base, com transparência e prestação de contas.

Pelo acesso e permanência como parte do direito à educação!

Superar a perspectiva assistencialista que exige igualdade de acesso e permanência em todos os níveis de ensino como parte do direito à educação. São partes deste direito a gratuidade do transporte (luta pelo passe livre), da alimentação (pela construção de um novo RU e fim da taxa) e da moradia.

Não há como defender o acesso irrestrito ao ensino superior público (fim do vestibular) sem atacar a mercantilização da educação, por isso defendemos a estatização do sistema privado de ensino.

Direção da FCT-Unesp de Presidente Prudente trata estudantes como criminosos Pelo fim imediato dos processos contra estudantes! Pelo atendimento das reivindicações de moradia e alimentação!

Desde o início das aulas, em março, os estudantes da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Unesp (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita) pressionam a direção sobre a construção do R.U. (Restaurante Universitário) e sobre a permanência estudantil.

No ano de 2007, os estudantes ocuparam a direção da faculdade, e uma das pautas era a construção do Restaurante Universitário. A reitoria da universidade emitiu um documento alegando que a próxima construção no campus seria o RU. Quase dois anos se passaram, vieram outras construções e

nada do restaurante.

A permanência estudantil na Unesp é considerada esmola, quem recebe a bolsa em dinheiro para comer não recebe moradia ou auxílio aluguel. Em 2009, o programa de moradia, que era pelo tempo de curso, passa a ser anual. Em janeiro, não houve depósito do auxílio aluguel. E os alunos que recebem bolsa de iniciação científica são excluídos do programa de moradia.

Após terem solicitado esclarecimentos da direção e ela se omitir, os estudantes denunciaram esses problemas em carta-

zes na primeira semana de aula. Assim, tanto o vice quanto o diretor puderam marcar uma reunião. Reunião que serviu para enrolar, dizendo que a construção do restaurante se iniciaria em julho (o mesmo dito no ano de 2008); que a moradia passa a ser anual por imposições da reitoria e que nada podiam fazer; argumentando que era possível conseguir um estágio de R\$ 800,00, a moradia passava a ser prioridade de 1º e 2º ano. Quando os estudantes questionam o estatuto do programa de moradia, alega-se que é o estatuto que foi tirado em Assembléia dos estudantes, ou seja, fraudaram o estatuto tirado em Assembléia (Assembléia da moradia que ocorreu em 2007, na qual foi deliberado: que a Assembléia é soberana à comissão; que fosse suprido o ponto que define que a permanência na moradia depende do desempenho acadêmico; mas em nenhum momento foi adicionada a renovação anual).

Diante disso, foi organizada Assembléia de estudantes, no dia 26 de março, incluindo na pauta a falta de professores. Nesta, os estudantes que já estavam mobilizados defenderam a proposta de ocupação com paralisação, como forma de pressionar a direção a negociar as reivindicações. Mas, nesta assembléia, militantes omissos do PSOL e do PCdoB, com alguns pseudo-anarcos e “independentes”, sugeriram adiar para uma próxima Assembléia, após reenviar ofício para direção solicitando esclarecimentos e formar comissões para divulgar nas salas de aula.

Assim, uma semana depois, dia 02 de abril, ocorreu outra Assembléia estudantil, com a resposta da direção, que era a mesma da reunião: embromação. Houve duas propostas, ocupação com paralisação e apenas ocupação com entrega de dossiê; esta segunda foi deliberada.

Mas, como a direção já esperava pelo ato da ocupação, enviou serviços essenciais para outros locais da faculdade. Desta

forma, apesar da permanência dos estudantes no espaço administrativo, o serviço administrativo não estava parado. Ou seja, a proposta de adiar a ocupação deu tempo à direção que, em uma semana de feriado, não negociou nada e conseguiu enviar a polícia e retirar os estudantes como se fossem criminosos.

O fato mostrou que a Unesp não tem nada de democrática. Bastou os estudantes reivindicarem o simples cumprimento do que a reitoria já havia prometido para que se despejassem a repressão sobre eles. Além da ação policial, a reitoria processou 9 estudantes, com o claro objetivo de amedrontar os demais. Os processos contra estudantes são mais uma atitude antidemocrática da reitoria, que usa esses artifícios autoritários para se impor e descumprir seus compromissos.

As reivindicações de restaurante e moradia são parte do direito democrático ao ensino gratuito. Muitos estudantes, sem ter moradia ou refeição na universidade, não podem permanecer em seus cursos. O não cumprimento pela reitoria de seus compromissos significa a exclusão da universidade de parte dos estudantes, justamente os mais carentes.

O autoritarismo da reitoria é expressão do papel reacionário que tem de cumprir no interior da universidade. A universidade controlada pelos governos e pelo poder econômico está organizada em uma estrutura de poder antidemocrática, de forma a garantir que os interesses e medidas da minoria que a dirige se imponham contrariamente à vontade da maioria.

É preciso que os que estudam e trabalham respondam ao autoritarismo com sua unidade na luta. Convocar a assembléia geral universitária para organizar a mobilização e para dar expressão à vontade da maioria. Exigir a retirada dos processos e fim da perseguição política aos estudantes. Impor à reitoria o cumprimento do acordo de construção do restaurante e a garantia de moradia e alimentação aos estudantes.

Educação Proletária – Curso de Formação

Continuando com o curso na zona leste de SP, apresentamos o resumo das discussões das seções 3 a 5 do Capítulo XII, “Divisão do Trabalho e Manufatura”, de O Capital

Parte II

3. As duas formas fundamentais da manufatura – manufatura heterogênea e manufatura orgânica

Nesta seção, Marx expõe que a manufatura capitalista aparece sob duas formas, as quais dependiam da natureza do próprio produto. Se se tratava de um produto cujas partes produziam-se de forma autônoma e, muitas vezes, de modo independente com cada artífice produzindo em sua casa a parte do produto que lhe era destinada, ou produzindo-as em manufaturas diversas e só, como fase final, sendo reunidas de maneira meramente mecânica – tinha-se uma manufatura do tipo heterogênea, pois “o fracionamento da produção em

numerosos processos heterogêneos permite pouco emprego de meios coletivos de trabalho e o capitalista, com a fabricação dispersa, poupa as despesas com edifícios fabris etc.”. Era o caso da fabricação de relógios, por exemplo. Quanto à manufatura orgânica, responsável pela fabricação de agulhas, por exemplo, ela se constitui de processos interligados e gradativos, os quais, conjugados, são responsáveis pela fabricação de artigos e produtos. Ela se utiliza fortemente do caráter cooperativo do trabalho, resultando daí todas as suas vantagens em relação à manufatura heterogênea: aumenta-se a força produtiva do trabalho e cada fase da produção é dependente da anterior, o que leva a que cada trabalhador ocupe diretamente um outro

no processo produtivo, modificando o ritmo do trabalho. Afirma Marx: “É claro que essa dependência direta dos trabalhos e, portanto, dos trabalhadores entre si, obriga cada indivíduo a empregar só o tempo necessário à sua função, produzindo-se assim uma continuidade, uniformemente, regularidade, ordenamento e nomeadamente também intensidade de trabalho totalmente diferentes das vigentes no ofício independente ou mesmo na cooperação simples.

Como conclusão da seção, Marx lembra que todo período manufatureiro teve como objetivo diminuir o tempo necessário para produção de mercadorias, o que remete à própria produção da mercadoria força de trabalho que teve seu tempo de “produção” dimi-

nuído, tendo em vista que “os custos de aprendizagem” ou desaparecem ou diminuem drasticamente com os “trabalhadores não qualificados”: “A manufatura cria, portanto, em todo ofício de que se apossa, uma classe de chamados trabalhadores não qualificados, os quais eram rigorosamente excluídos pelo artesanato”.

4. Divisão do trabalho dentro da manufatura e divisão do trabalho dentro da sociedade

A divisão do trabalho na sociedade é essencialmente diferente da divisão do trabalho na manufatura. A primeira nasce e se desenvolve com base, primeiro, nas diferenças de sexo e de idade, e em seguida pelo intercâmbio dos produtos entre diferentes regiões; produtos que assumem já o caráter de mercadorias e regiões que conformam a separação entre cidade e campo. A segunda, divisão manufatureira do trabalho, se constitui pelo parcelamento de atividades já solidificadas e pela criação de outras, mas todas com caráter parcial. Desse modo, a conexão entre as diferentes esferas do trabalho na sociedade ocorre pelo intercâmbio de mercadorias; no interior da manufatura, a particularidade é que os trabalhadores parciais não produzem mercadorias, mas eles próprios são mercadorias nas mãos do capitalista que os põe em ação. Segundo Marx, “a divisão do trabalho no interior da sociedade é mediada pela compra e venda dos produtos de diferentes ramos de trabalho, a conexão dos trabalhos parciais na manufatura pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias independentes entre si”.

Essas diferenças levam Marx a elaborar a crítica à teoria liberal que, omitindo o brutal controle que se exerce no interior da divisão manufatureira do trabalho, proclama total liberdade na esfera da produção social. Assim se expressa: “A mesma consciência burguesa, que festeja a divisão manufatureira do

trabalho, a anexação do trabalhador por toda a vida a uma operação parcial e a subordinação incondicional dos trabalhadores parciais ao capital como uma organização do trabalho que aumenta a força produtiva, denuncia com igual alarido qualquer controle e regulação social consciente do processo social de produção com uma infração aos invioláveis direitos de propriedade, da liberdade e da “genialidade” autodeterminante do capital individual”. Para concluir, a divisão do trabalho, mediada ou não pelo intercâmbio de mercadorias, existiu nas mais diferentes formações socioeconômicas, enquanto a divisão manufatureira do trabalho “é uma criação totalmente específica do modo de produção capitalista”.

5. O caráter capitalista da manufatura

O número grande de trabalhadores empregados sob o mesmo capital é a base da manufatura. Tal grandeza é cada vez mais determinada pela própria divisão do trabalho manufatureira, que impõe um aumento das ferramentas e dos meios de produção, bem como das matérias-primas. Com mais trabalhadores, maior é a força produtiva originada da combinação, no entanto tal força produtiva aparece não como propriedade dos trabalhadores, mas do capital que os emprega. Na verdade, sob a manufatura, a própria força individual é apoderada pelo capitalista, que a disciplina e a mutila: “Ela aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor mediante a repressão de um mundo de impulsos e de capacidades produtivas, assim como nos Estados de La Plata abate-se um animal inteiro apenas para retirar-lhe a pele ou o sebo”. Com isso, a força individual de trabalho, o homem, deixa de cumprir seu serviço se não estiver empregada pelo capital, pois, separada dos meios de produção e condicionada a exercer uma única atividade durante toda a vida, torna-se improdutivo fora da manufatura. Esse processo de enriquecimento do trabalhador coletivo e

empobrecimento do trabalhador individual leva a uma desqualificação geral do trabalho, de maneira que Marx afirma que a manufatura “desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de o trabalhador, mas também por meio da mutilação do trabalhador individual. Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho”.

No entanto, ainda que essas tendências existissem no período manufatureiro, não houve uma plena realização delas, uma vez que havia uma oposição individual e coletiva dos trabalhadores. A luta de classes impunha as condições para a lógica do capital. Com efeito, Marx demonstra como as tendências mais degradantes da divisão manufatureira de trabalho eram contestadas na luta pelos trabalhadores envolvidos: “Embora, como vimos, ela criasse ao lado da graduação hierárquica dos trabalhadores uma divisão simples entre trabalhadores qualificados e não qualificados, o número dos últimos fica muito limitado em virtude da influência predominante dos primeiros. Embora ajustasse as operações parciais aos diversos graus de maturidade, força e desenvolvimento dos seus órgãos vivos de trabalho e, portanto, induzindo a exploração produtiva de mulheres e crianças, essa tendência malogra geralmente devido aos hábitos e à resistência dos trabalhadores masculinos. Embora a decomposição da atividade artesanal reduzisse os custos de formação e portanto o valor do trabalhador, continua necessário para o trabalho de detalhe mais difícil um tempo mais longo de aprendizagem, e mesmo onde esse se tornava supérfluo, os trabalhadores procuravam zelosamente preservá-los”.

Por fim, expõe como a divisão manufatureira criou o pressuposto de sua própria destruição, as máquinas, as quais, ao menos em tese, minaram a base técnica que prendia o trabalhador a uma operação parcial por toda a vida e retiraram da mesma forma a necessidade do capital como princípio regulador de toda produção.

Mobilização na Eletropaulo

O Grupo AES, multinacional americana, que controla a Eletropaulo e mais cinco empresas no Brasil, continua a sua política de ataque aos trabalhadores. Com demissões a conta gotas, novamente se repete a mesma história com cinquenta trabalhadores demitidos no mês de abril. Em outubro do ano passado, a multinacional havia demitido oitenta e oito, dentre eles cipeiros e trabalhadores com doenças profissionais.

Essa é a política do capitalismo em nível mundial. As demissões objetivam aumentar a exploração da classe operária.

No caso da Eletropaulo, demite-se o trabalhador mais antigo e se contrata um novo com salários menores. Essa é uma das mágicas do capital. Para isso, o capitalismo conta com um gigantesco exército de reserva, uma imensa massa de desempregados. O que possibilita acirrar a concorrência uns com os outros pelos postos de trabalho e pelos miseráveis salários que vão cada vez mais sendo esmagados. Chega-se a jogar uns contra os outros. Quebra-se, assim, a unidade e a solidariedade de classe dos explorados. Mas os operários não devem se esquecer que seus interesses são comuns, em qualquer local de trabalho, cidade ou país.

É preciso organizar os eletricitários para enfrentar a patronal (o capital). Os trabalhadores da AES demonstraram vontade de lutar, como vimos nas paralisações ocorridas nas unidades do ABC, em São Paulo na Vinte e Cinco de Janeiro, na Junqueira Freire e no Cambuci. Após essas três paralisa-

ções, o sindicato chamou uma Assembléia em que se decidiu pela greve de vinte e quatro horas no dia 17 de abril. Mas a direção do sindicato, alegando uma liminar da justiça, abortou o movimento grevista, levando-o para mesa da conciliação. O que significa colocar nas mãos dos juizes da burguesia as necessidades e as reivindicações dos eletricitários. Essa via fatalmente terminará decidindo em favor da multinacional.

Não podemos aceitar a manobra dos burocratas do sindicato, que usam a sua covardia para espalhar o medo entre os trabalhadores que se encontram premidos pelas demissões e baixos salários. É preciso defender a soberania da assembléia que determinou a greve. Para combater a política da covardia e da submissão, os trabalhadores têm de começar a constituir comissão de base em cada unidade da Eletropaulo. A organização desde a base potencializa as assembléias, afasta o poder dos pelegos e dá força ao método da ação direta.

Frente às demissões, está colocada levantar as bandeiras: 1) estabilidade a todos; 2) implantação da escala móvel das horas de trabalho; 3) reestatização da Eletropaulo, sem indenização e sob o controle operário; 4) por um piso salarial compatível com a sobrevivência da família, que em nossos cálculos é de R\$ 3.500,00. Essas reivindicações são ponto de partida da defesa dos postos de trabalho e das condições de vida dos eletricitários. Frente às demissões, greve com ocupação das unidades.

Construção civil

O lugar da Força Sindical na política burguesa

A classe operária, no Brasil, vem passando por um longo período de refluxo. Certamente tem havido greves isoladas, geralmente de curta duração. O impulso das greves de fins dos anos 70 e começo de 80 foi se diluindo nos anos seguintes. A importante greve nacional dos petroleiros em 1995, que contestou a política neoliberal de FHC, foi desarmada por sua direção, pela CUT e pelo PT.

As forças da burocracia que se consolidaram na década de 90 se concentraram em constituir e viabilizar uma nova coalizão, para levar o caudilho Lula ao poder do Estado. Essa tarefa implicou que a burocracia sindical, vinculada ao PT e majoritária no sindicalismo, dispersasse as tendências de luta do proletariado, espontaneas no fim da ditadura militar.

A direita do sindicalismo, a Força Sindical, organizada para se opor às mobilizações encabeçadas pelos sindicatos cutistas, se fortaleceu com a adaptação da CUT à política eleitoral e com sua atuação em favor do sindicalismo passivo e de conciliação. O poderoso sindicato metalúrgico de São Paulo, cuja burocracia intervencionista do período da ditadura sofreu pressões das bases operárias com greves e formação de oposição cutista, se transformou em fortaleza da Força Sindical.

A dissolução da oposição metalúrgica cutista coincidiu com a virada da CUT para a política eleitoral e para a aceitação de convivência pacífica entre as frações burocráticas. Logo mais, os forcistas acabaram por se aliar aos cutistas na defesa da coligação governamental de Lula, que congrega boa parte dos partidos burgueses, tendo como pilar o PMDB.

O PDT, criação do nacionalismo brizolista, fez da Força seu braço sindical. Ocupa, neste momento, o Ministério do Trabalho.

Na época de FHC, os forcistas atacavam a CUT com o argumento de era preciso fazer oposição responsável. Assim, apoiou as medidas neoliberais (pró-grande capital e pró-imperialismo) da aliança PSDB/PFL/PMDB. Com a virada eleitoral das massas para o PT, os forcistas ajustaram sua política em torno de Lula, cujo governo não modificou na essência a linha determinada pelo capital financeiro e multinacional.

Diante da crise que estourou em setembro do ano passado e da onda de demissões, a Força tomou a frente na defesa da redução dos salários, diminuição das taxas de juros, isenção de impostos às multinacionais e subsídios.

Essa plataforma de proteção da classe capitalista em geral e de determinados grupos em particular balizou também a posição da CUT. Não poderia ser diferente, uma vez que o Ministério do Trabalho do governo Lula está sob o controle do PDT/Força Sindical.

As diferenças entre a burocracia da CUT e da Força são secundárias, correspondem aos interesses materiais das camarelas, que necessitam manter os aparatos separados.

Ocorre que estas duas frações controlam a maioria dos sindicatos e impõem a política geral a ser seguida pela casta inferior de burocratas.

Não pode haver a menor dúvida da necessidade de se atuar com o programa proletário tanto nos sindicatos da CUT e da

Nesta edição:

- Argentina:
Em defesa de um primeiro de maio operário e socialista

Artigos do Cerqui **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



Argentina:

Em defesa de um primeiro de maio operário e socialista

- A liquidação do capitalismo só será possível com a estratégia política da classe operária, pela via da revolução social que acabe com a ditadura dos capitalistas e seu Estado e instaure a ditadura do proletariado.
- Jamais será conquistada pela via parlamentar, legal ou constitucional.
- É impossível resgatar, reformar ou humanizar o capitalismo. Sua continuidade nos afunda em toda forma de barbárie.
- A condição para construir o socialismo é acabar com a propriedade privada dos meios de produção.
- Para defender os empregos: ocupar os lugares de trabalho, exigir sua expropriação e colocá-los em funcionamento, sob controle operário coletivo.
- Não aceitar nenhum reajuste salarial inferior à inflação real. Nenhum adiamento das negociações. O piso salarial deve ser igual à cesta básica familiar.
- O caminho é a ação direta, a greve, os piquetes, a ocupação, contrapondo à traição das burocracias sindicais que privilegiam suas relações com o governo e os patrões. Há que seguir o exemplo dos operários franceses que expressam com suas lutas o profundo questionamento à propriedade privada.
- Nas próximas eleições interviremos propagandeando esta política, chamando a votar nulo, em branco ou a não votar, mas com esta perspectiva.
- Solidariedade internacionalista com os povos que lutam obstinadamente contra as invasões imperialistas e se enfrentam aos planos do FMI para salvar os capitalistas descarregando sua crise sobre a população.

1º de Maio operário e socialista: Só liquidaremos o capitalismo armados com a estratégia da classe operária

O capitalismo é um regime caduco. A monumental crise mundial é uma prova de que sua continuidade só pode assegurar mais calamidades de todo tipo aos oprimidos do mundo inteiro. Dezenas de milhões de desempregados, expulsão de imigrantes, miséria, ataque às condições de trabalho, guerras, destruição dos sistemas de saúde e educação.

O capitalismo não pode ser reformado ou regenerado, nem muito menos humanizado. O que cabe é acabar com ele, aqui e em toda parte.

Liquidar o capitalismo é liquidar o regime de propriedade privada dos meios de produção social, transformando-a em propriedade social (de todos e de ninguém em particular).

A política, a estratégia da classe operária é a única que pode acabar com o capitalismo, nenhuma outra classe social pode formular esta pers-

pectiva histórica. Acabar com o capitalismo é **destruir o Estado burguês**, acabar com suas instituições pela via da revolução social. Esta, e somente esta, é a política da classe operária. Para consumir a revolução social, a classe operária está obrigada a dirigir o conjunto dos oprimidos, a maioria das classes e camadas médias exploradas. Sem essa aliança, a vitória não será possível. A revolução só se realizará se for protagonizada pelas massas populares.

A política da classe operária se expressa em sua estratégia de instaurar um governo operário-camponês (ditadura do proletariado), apoiado nas organizações de massas que se constituam desde as bases, desde os alicerces da sociedade. Somente assim as maiorias governarão pela primeira vez.

Não existe nenhuma outra via, não existe nenhuma possibilidade de começar a construir uma nova sociedade socialista sem liquidar primeiro a ditadura da burguesia materializada no Estado.

A revolução em nosso país deverá convergir com as revoluções vitoriosas no resto do mundo. O socialismo só pode triunfar em escala internacional. A “teoria” do socialismo num só país formulada pelo estalinismo comprovou de maneira catastrófica ser um desastre para a classe operária, a começar para o proletariado russo. O objetivo último da classe operária não é a ditadura do proletariado, mas terminar com as classes sociais, com a exploração, alcançar o comunismo.

Estas são as **bandeiras de Marx, Lênin e Trotsky**. Eles formularam as bases teóricas da ideologia da classe operária que, num século e meio de vigência, revelaram-se absolutamente acertadas. Já derrotaram largamente, no terreno das idéias, a burguesia e todos seus ideólogos que fracassaram definitivamente.

Diante da colossal bancarrota do capitalismo, de sua acelerada desintegração e decomposição, **hoje, mais do que nunca devemos reafirmar a estratégia revolucionária da classe operária**. Devemos propagandeá-la permanentemente. Quem, a não ser os revolucionários, farão a propaganda com as idéias da classe operária?

Os reformistas, os centristas, os socialdemocratas, pseudo-marxistas e nacionalistas renegam o programa. Restringem-se a fazer algumas denúncias e reivindicações limitadas sem nunca assinalar que só pela via da revolução social se poderá acabar com este regime social. Que a sua liquidação não poderá se fazer mediante as leis, os parlamentos e as constituintes. Neste momento, parecem ousados combatentes e falam de anticapitalismo porque calculam que dessa forma podem ter lucros eleitorais. Somente a classe operária é conseqüentemente anticapitalista e, quando falamos classe operária, falamos de sua política e de sua estratégia. O “anticapitalismo”

das outras classes sociais já se comprovou impotente. A esquerda eleitoreira contribui enormemente para as ilusões na democracia.

Quando falamos de **independência política**, não falamos somente de independência perante a burocracia, os partidos burgueses e seu governo. Afirmamos que a independência política da classe operária se conquista **construindo seu partido de classe**, armado de sua estratégia de poder. Enquanto esta tarefa não se resolver, a classe operária não terá conquistado sua independência. **O partido é o estado maior da classe operária, sua consciência organizada, seu programa.** Este é o partido que devemos construir: **o partido para dirigir a revolução.**

Esse partido se constrói simultaneamente com a luta por organizar a resistência dos trabalhadores contra os ataques da burguesia e seu governo. Na luta por arrancar as classes médias da tutela da burguesia, há que mostrar que só a classe operária é portadora de um programa capaz de dar resposta à questão nacional, democrática e social; capaz de dar resposta a todos os problemas que eles foram incapazes de resolverem por si mesmos. Devemos combater todos os preconceitos das classes médias dando uma dura luta política. Trata-se de lutar para levantar a **frente única antiimperialista**, aliança da classe operária e as classes médias para fazer a revolução.

Não temos nenhuma ilusão de que algum setor da burguesia venha a assumir as bandeiras de libertação nacional. Todas se passaram para o lado do imperialismo, são antinacionais. **A luta para libertar a nação** só pode chegar à vitória se dirigida pela política da classe operária, a única que não tem amarras com este regime, a única completamente despossuída dos meios materiais.

Insistimos; **não há pontos intermediários, não há atalhos, não existem vias alternativas. A estratégia da classe operária é uma só.** Aqueles que a bloqueiam, desviam, retardam ou promovem formas ilusórias de preservação do capital são um obstáculo, assim concluem servindo à dominação imperialista. Não há forma de convivência com o capital monopolista. Sua existência é a negação da independência nacional e redundante em maior exploração da classe operária.

Outra reflexão neste 1º de maio: As bandeiras da ditadura do proletariado, do comunismo, do socialismo, da revolução social são de toda classe operária; entretanto, somente os revolucionários não têm receios em levantá-las. Por que foram abandonadas ou escondidas por aqueles que reivindicam ser da classe?

O grande problema da classe operária argentina é não contar com seu partido revolucionário. Não falta ao proletariado vontade de luta como ficou comprovado tantas vezes. Mas, isso não é suficiente. Embora sejam necessárias as agrupações classistas e as frentes de luta, continua ausente o partido revolucionário, que é necessário construir. Não há partido revolucionário sem estratégia revolucionária, sem programa, sem quadros militantes inseridos nos movimentos sociais e capazes de ligar essas idéias com os movimentos, com o melhor da classe e com eles ajudar a amadurecer a consciência classista.

Hoje, os operários franceses estão dando uma lição magistral e se tornando a vanguarda da resistência aos capitalistas, desenvolvendo métodos radicalizados para defender seus postos de trabalho e seus direitos. Ocupam fábricas e tomam gerentes e empresários como reféns, métodos rechaçados pela esquerda legalista e dirigentes sindicais. Há poucos dias, foram as massas furiosas na Tailândia que ocuparam a sala de convenções onde se reuniam os governantes mais poderosos da Ásia, que fugiram em helicóptero e lanchas. Vários governos caíram e outros estão para cair devido à resistência dos mais pobres aceitarem que a crise seja descarregada nas suas costas.

Mas, ali e em todas as partes, esses movimentos, mesmo os mais radicalizados, serão contidos, desviados e frustrados se não se constituir a direção revolucionária que os expresse e seja capaz de orientá-los para a

tomada do poder, para liquidar a propriedade privada dos meios de produção. Essa é a raiz do problema! Hoje, mais do que nunca, a ausência da direção revolucionária coloca a urgência de reconstruir a IV Internacional. Esta tarefa se coloca em todos os países. A destruição da IV pelos revisionistas, as traições do estalinismo e a socialdemocracia custaram e custam muito caro às massas do mundo inteiro. Devemos aprender a lição!

Em nosso país, as organizações elementares dos trabalhadores, seus sindicatos, as centrais sindicais estão ausentes. Suas direções disputam com os partidos patronais incluir seus nomes nas chapas eleitorais, e, tentando arrancar do governo recursos sem controle para suas obras assistenciais e novos negócios, para prosseguir bloqueando, em troca, as reivindicações dos trabalhadores. Diante de terríveis ataques aos empregos, às condições de vida e trabalho, a burocracia sindical apodrecida abandona mais uma vez os trabalhadores. Por isso, afirmamos que ela é absolutamente irrecuperável.

- Está colocada a luta em defesa de todos os empregos sem exceção, ocupando e expropriando toda fábrica que feche, demita ou suspenda trabalhadores. **A defesa do trabalho é vital.** Para conquistar o pleno emprego, para que ninguém fique sem trabalho, devem ser repartidas todas as horas disponíveis entre todos os trabalhadores, sem redução de salários.
- Rechaçar qualquer ataque às condições de trabalho. O reajuste salarial deve compensar como mínimo a inflação real e o piso deve ser um **salário igual à cesta básica familiar**, que é o mínimo que se precisa para viver.
- Há que desconhecer toda dívida pública e impedir os subsídios aos capitalistas. Todos os recursos devem ser utilizados para criar postos de trabalho e resolver nossas necessidades e não a dos capitalistas. Não à volta do FMI!
- O comércio exterior e os bancos devem ser nacionalizados sem nenhuma compensação. É necessário impedir a fuga de divisas e recuperar dezenas de bilhões que já foram transferidos.
- Nacionalização sem indenização de todos os setores estratégicos da economia, siderurgia, petróleo, gás, eletricidade, transporte, automóveis, mineração, comunicação, portos etc.
- Expropriação de todos os latifundiários.
- Para acabar com a dominação imperialista, devemos acabar com as multinacionais que controlam os setores estratégicos da economia nacional. Suas decisões são tomadas nos grandes centros financeiros, por cima de governos e leis nacionais.

Estas medidas e todas as que precisarem só podem ser impostas pela ação direta das massas - greve, ocupações, bloqueios e piquetes. Não se resolvem em mesas de negociações ou votando em eleições. Há que falar assim para que ninguém se confunda com ilusões.

O governo quer conseguir apoio nas eleições afirmando que os outros são piores. Todos são piores! Este governo assegurou os negócios das empresas privatizadas e das multinacionais, potenciou a concentração da economia e a desigualdade social, o processo inflacionário incontrolável, destruiu os bolsos populares. Nem com os melhores índices de crescimento pode resolver o desemprego e o trabalho informal.

As eleições antecipadas e as candidaturas fajutas são exemplos de uma república fajuta, de uma classe capitalista fajuta, que não pode oferecer outra coisa que politicagem da pior espécie. Para que se vão todos é preciso expulsá-los a pontapés!

Há que dar as costas a todos. Chamaremos a não votar, votar em branco, impugnar o voto com nossos panfletos, fazendo campanha com a política da classe operária, com sua estratégia revolucionária, reafirmando a necessidade inadiável de colocar em pé o partido revolucionário.

Desse modo, reivindicamos o sangue operário derramado por um mundo melhor, sem exploradores nem explorados!